

BEATRIZ LANDIM MOREIRA

A LUTA DE LIBERTAÇÃO DE CABO VERDE:

O PAPEL DA MULHER



Trabalho Científico para Obtenção do Grau de Licenciatura em Ensino de História
Sob Orientação da Doutora Elisa Andrade

Praia, Julho de 2006

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

Elaborado por Beatriz Landim Moreira e aprovado pelo júri, foi homologado pelo Conselho Científico Pedagógico com requisito parcial à obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História

O júri

Praia ____ de _____ de 2006

AGRADECIMENTOS:

Agradeço especialmente à Doutora Elisa Andrade, minha orientadora, pela paciência e seus ensinamentos ao longo do trabalho.

Agradeço também às professoras: Ana Martins, Carla Moraes e Eufemia Carvalho pelo apoio que deram para que esse trabalho chegasse ao fim.

A todos aqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desse trabalho.

Obrigada.

DEDICATÓRIA

Ao Bradley, meu filho e companheiro.

À minha família.

Com afeição e muito carinho

ÍNDICE

PÁG.

<i>Introdução</i>	6
CAP. I	
I – OS ANTECEDENTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	9
1. <i>A Situação Interna</i>	10
a) <i>O papel do ensino na formação da consciência nacional</i>	14
b) <i>A imprensa no despertar da consciência nacional</i>	15
c) <i>A maçonaria na difusão de ideias nacionalistas</i>	17
d) <i>Situação da mulher em Cabo Verde antes da Independência Nacional</i>	18
2. <i>A Conjuntura Internacional</i>	21
CAP. II	
II – O ENGAJAMENTO DAS MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO	
NACIONAL	25
1. <i>A Luta Armada de Libertação Nacional no Âmbito da Unidade Guiné / Cabo Verde</i>	26
2. <i>Na Luta Clandestina</i>	38
a) <i>Na Diáspora</i>	38
b) <i>Em Cabo Verde</i>	39
3. <i>No Período de Transição</i>	40
CONCLUSÃO	45
BIBLIOGRAFIA	49
ANEXOS	52

INTRODUÇÃO

A *Luta de Libertação de Cabo Verde: o Papel da mulher* como temática de pesquisa surgiu da nossa caminhada académica e da realização de um trabalho a nível da disciplina de História de Cabo Verde, no IVº ano do Curso de Licenciatura em Ensino de História, sobre o assunto em apreço. O interesse por esta temática prende-se com o desejo de conhecer o âmbito e a forma de actuação das mulheres na luta para a libertação de Cabo Verde.

O motivo primordial que nos fez escolher o tema, *A Luta de Libertação de Cabo Verde: o Papel da Mulher*, como objecto do nosso trabalho do fim de curso, é o facto de sermos amantes da liberdade, da igualdade e da justiça.

O segundo está relacionado com a forma como foi levada a cabo a luta, tanto em Cabo Verde como na Guiné Bissau que foi o espaço escolhido para a luta armada de libertação nacional.

Uma terceira razão é o dinamismo e a coragem das mulheres, a forma como desempenharam o seu papel enquanto cidadãs amantes da liberdade e da justiça, lutando ao lado dos homens contra o colonialismo português.

Com a realização do presente trabalho, pretendemos alcançar dois objectivos fundamentais:

- Conhecer a conjuntura nacional e internacional da época que levou as mulheres a envolverem-se na luta pela libertação nacional, deixando os estudos e deixando, por vezes, para trás maridos e familiares para lutarem ao lado dos homens, sabendo que na altura não beneficiavam da igualdade de direitos com homens e por esse facto não gozavam das mesmas prerrogativas;
- Conhecer o âmbito e a forma de actuação das mulheres na luta para a libertação de Cabo Verde.

No decurso da nossa investigação alguns questionamentos se impuseram, nomeadamente:

- Como se explica o princípio de unidade e luta como lema do PAIGC?
- Até que ponto a participação da mulher foi decisiva para a luta de libertação de Cabo Verde?

Estas questões, que nos parecem ser relevantes e incitantes, foram tomadas como norteadoras deste trabalho de investigação.

Localização geográfica

O arquipélago de Cabo Verde está localizado no Oceano Atlântico, a 455 quilómetros do Senegal, no Atlântico Norte, entre o trópico de Câncer e o Equador, com a superfície terrestre total de 4033,37 quilómetros quadrados contrastando com uma superfície marítima de mais de 600.000 quilómetros quadrados. Fica entre os paralelos 17° 12,5` e 14° 48` de latitude norte e os meridianos 22° 44` e 25° 22` Oeste.

Esse arquipélago é composta por dez ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica divididas em dois grupos: Barlavento e Sotavento, de acordo com a sua posição relativa ao vento dominante de Nordeste. A ilha de Santiago com 991 quilómetros quadrados, é a maior de todas e Santa Luzia, ainda não habitada, com 35 quilómetros, é a menor.

*“Pela sua posição geográfica, Cabo Verde marca a extremidade Ocidental da faixa do Sahel, caracterizada por condições de aridez e semiaridez na dependência dos fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical e seus efeitos desastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas”.*¹

Essa situação geográfica que se traduz por frequentes anos de seca constitui um grande problema para as populações que vivem de uma agricultura dependente das águas das chuvas e de algumas outras actividades a elas ligadas.

Formação da sociedade e nação

“Descobertas” pelos portugueses entre 1460 e 1462, as ilhas de Cabo Verde ficaram até à independência nacional (1975) sob a sua dominação colonial.

Inicialmente, a coroa queria implantar em Cabo Verde uma população branca à semelhança do que aconteceu com os outros arquipélagos do Atlântico Norte: Açores e Madeira. Mas isso não foi possível devido às condições geográficas e climáticas de Cabo Verde, à grande distância que separava as ilhas de Portugal e à impossibilidade de nelas cultivar as plantas alimentares às quais os europeus estavam acostumados.

¹ AMARAL, Ilídio do, CABO VERDE: Introdução Geográfica, in História Geral de Cabo Verde, Vol. I, 2ª. Ed. Praia, 2001. P 1.

Deste modo, sendo os brancos insuficientes para fazer tudo o que a colonização deles exigia, recorreram a negros africanos, sobretudo vindos da Guiné Bissau para suprir a fraqueza populacional de Portugal. Os negros africanos chegados a Cabo Verde, sobretudo na condição de escravos, eram utilizados na produção interna e no comércio a longa distância. Eram vendidos nas Américas e na Europa como meio de produção.

A necessidade de satisfazer os seus desejos sexuais levou o homem branco a envolver-se com a mulher escrava. Deste modo nasceria o mestiço, frequentemente fruto da apropriação sexual das mulheres negras pelos brancos.

A partir do século XVII, altura em que o arquipélago ultrapassava uma das maiores crises da sua história, na sequência do desvio das rotas comerciais para as Américas, os filhos da terra começam a ter o sentimento de uma identidade comum pela partilha de uma cultura própria em construção. É nesse contexto que começa a formação da nação cabo-verdiana, que se acelera e se consolida no século XIX, com a abolição definitiva do tráfico de escravos e da escravatura em Cabo Verde.

Metodologia

A metodologia utilizada apoia-se sobre a pesquisa documental e bibliográfica complementada com pesquisa de campo, através de entrevistas endereçadas a Combatentes da Liberdade da Pátria.

O presente trabalho será estruturado tendo em conta dois momentos históricos fundamentais, que corresponderão a dois capítulos de que se compõe o nosso trabalho:

- No primeiro capítulo, faremos o enquadramento teórico do tema, explicando os antecedentes da luta de libertação nacional, destacando a situação interna e a conjuntura internacional da época em que eclodiu a luta.
- No segundo capítulo, procederemos à análise da luta no âmbito da unidade Guiné/Cabo Verde e das modalidades do engajamento da mulher na luta de libertação nacional.

CAP. I – OS ANTECEDENTES DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Com uma população de 434 625 habitantes, segundo o censo de 2000, Cabo Verde teve, como dissemos anteriormente, a participação de dois povos distintos na sua formação: os brancos europeus e os negros africanos.

Os privilégios concedidos aos moradores de Santiago pela carta de 1466, segundo a qual estes podiam comercializar com a Costa da Guiné, do rio Senegal até à Serra Leoa, excepto em Arguim, podendo levar para isso todas as mercadorias que tivessem e quisessem, excepto os chamados produtos defesos (armas, ferramentas, navios e seus apetrechos), permitiu-lhes o desenvolvimento do comércio de escravos com a costa da Guiné. Simultaneamente a essa actividade implantaram a escravatura em Cabo Verde, formando-se assim uma sociedade escravocrata.

A grande distância que separava o arquipélago de Portugal, impôs ao homem branco que, geralmente não vinha acompanhado de uma família, o desejo de satisfazer as suas necessidades sexuais. Esse facto viria a favorecer o cruzamento entre os brancos e as negras, originando, deste modo, a miscegenação parcial da sociedade cabo-verdiana.

O interesse da coroa portuguesa pelas ilhas baseava-se essencialmente, no papel que desempenhariam no contexto do comércio triangular. Isto é, de ser o ponto de passagem de navios que faziam ligação entre a Europa, a África e as Américas. Contudo, a situação económica, social e política tanto na época da escravatura como depois da sua abolição foi quase sempre precária apesar da sua importância geo-estratégica. *Durante o período de economia escravagista (1460 – 1878), a Coroa limitou-se, por um lado, a monopolizar os principais produtos que constituíam fontes de rendimento e, por outro, a explorar apenas o que não exigia esforços em investimentos ou inovações técnicas. (...) O declínio contínuo da economia cabo-verdiana [desde o século XVI] aliado à seca que devastava o país desde 1968 criou uma tal situação nos últimos anos que antecederam a independência, que metade das despesas do país passou a ser assegurada por uma “subvenção não reembolsável” de Portugal: Em 1974, essa subvenção representava 54% do total das despesas públicas cabo-verdianas.*²

² ANDRADE, Elisa, Cabo Verde: do seu Achamento à Independência Nacional, SITE INTERNET da Universidade de Coimbra.

1. A Situação Interna

Desde o início do povoamento e colonização de Cabo Verde, houve sempre uma certa recusa à dominação portuguesa que, inicialmente, se manifestava através de rebeliões e fugas de escravos para o interior de Santiago (escravos fujões).

No século XVII, a coroa portuguesa adoptou uma política de exploração económica das ilhas que causou descontentamento por parte da população – a política de exclusivos comerciais. O comércio nas ilhas tornou-se o monopólio das várias companhias comerciais³ que se sucederam umas às outras.

O exclusivo constituía um importante mecanismo de transferência de renda da colónia para a metrópole. Isso de duas formas: fazendo deprimir os preços das mercadorias de produção local e aumentando correlativamente os vendidos à colónia pelos comerciantes reinóis⁴.

MERCADORIAS	MEDIDAS	Preço de 1758 a 1765	Preço de 1765 a 1773
Biscoito	1 arroba	2.000 réis	8.000réis
Vinho	½ canada	300 réis	470 réis
Telha	1 milheiro	10.000 réis	25.000 réis
Cal	12 alqueires	2.100 réis	13.000réis
Pano de linho	1 ^a . Vara	400 réis	600 réis
Pimenta	1 ^a . Libra	300 réis	600 réis
Casquinha	1 ^a . Tábua	500 réis	1.000 réis
Pinho da terra	1 ^a . Tábua	150 réis	530 réis
Ripas	1 ^a . Dúzia	350 réis	1.100 réis
Retrós	1 ^a . Oitava	066 réis	120 réis
Azeite	½ canada de azeite	500 réis	1.000réis
Chapéu grosso	1	600 réis	750 réis
Tafetá	1 côvado	400 réis	620 réis
Baeta	1 côvado	600 réis	770 réis
Esguião	1 ^a . Vara	800 réis	1.200 réis
Droguete encarnado	1 côvado	800 réis	1.000 réis

Fonte: Ilídio Baleno, in História Geral de Cabo Verde, vol. III

³ Estas eram associações comerciais organizadas em nome colectivo, que obtêm do Estado, mediante certas condições, regalias e privilégios especiais como a concessão de áreas específicas para a exploração mercantil ou o exclusivo do comércio de certos produtos. Tornaram-se comuns no século XVII e eram empregues sobretudo para a organização do grande comércio colonial. A sua constituição trazia benefícios, quer para os sócios, quer para o Estado, que, através delas, colhia, igualmente, importantes rendimentos sem correr riscos nem despesas.

⁴ PEREIRA, Aristides, o Meu Testemunho, Uma Luta um Partido Dois países. Notícias. 2003. p. 41.

Contudo, foi a criação da Companhia de Grão Pará e Maranhão que causou o maior descontentamento no seio da população, na medida em que fazia o comércio, estipulando os preços dos produtos como bem entendesse. Os moradores ficaram numa grande miséria porque tinham de comprar os produtos importados a um preço elevado, como se pode verificar no quadro atrás apresentado.

Em contrapartida, os produtos locais eram vendidos à companhia a um preço tão baixo que não acompanhava o elevado preço das mercadorias importadas.

Segundo António Carreira na sua obra, *As Companhias Pombalinas*, essa companhia comercial, criada em 1755, detinha o exclusivo do comércio nas ilhas de Cabo Verde. Fixava o preço das mercadorias como bem entendesse. Reduzia os preços de todas as mercadorias que comprava nas ilhas e vendia-as a um preço elevado, perpetrando assim, uma profunda exploração económica das ilhas.

A companhia de Grão Pará e Maranhão viria igualmente a proibir a venda de escravos aos holandeses e ingleses, o que viria a causar um grande descontentamento dos negreiros, que, vendo-se lesados nos seus interesses, passaram a praticar o comércio ilegal com todos os que se mostravam interessados na aquisição de panos, urzela e escravos. Isso, apesar dos contrabandistas serem punidos com a pena de morte (lei da panaria) e a confiscação das suas mercadorias.⁵

Os efeitos dessa companhia pombalina foram tão negativos para a economia cabo-verdiana que, segundo António Carreira, se faziam ainda sentir nos princípios do século XX.

Para demonstrar a o impacto negativo dessa companhia na economia e sociedade cabo-verdianas (...) *basta dizer que, extinta em 1778, ainda comerciou com maior ou menor amplitude, até 1788, e a sua liquidação definitiva só se deu em 1914.*⁶

No final, quase toda a elite cabo-verdiana (...) *encontra-se endividada, descapitalizada e sem possibilidades de assegurar o modo de vida condizente com o seu estatuto social.*⁷

⁵ Segundo António Carreira na sua obra intitulada, *Panaria Cabo-Verdiano-Guineense*, a lei da panaria foi criada numa época em que havia muita concorrência na aquisição de escravos na Costa da Guiné (fins do século XVIII e século XVIII) cujo principal meio de aquisição era o pano de algodão. Essa lei proibia a venda desse produto a estrangeiros como forma de diminuir a concorrência. Os infractores eram punidos, como já referido, com a pena de morte e com a confiscação das suas mercadorias.

⁶ CARREIRA, António, *As Companhias Pombalinas de Navegação*, Comércio e Tráfego de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro. 1969. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa – Centro de Estudos de Antropologia Cultural. 1ª Edição. p. 45.

⁷ Ibidem, p. 42.

Com o fim da política de exclusivos comerciais, iniciou-se um ciclo de prosperidade que foi interrompido com as guerras Napoleónicas, que, embora quase no seu término (séc. XIX), o exército francês invadiu Portugal. Nesse contexto, a Corte portuguesa sentiu-se obrigada a refugiar-se no Brasil (1808).⁸

Nessa conjuntura, o Brasil declarou a sua independência em 1822, facto esse que não deixou de ter as suas repercussões em Cabo Verde, onde se começa a pensar na possibilidade de desligar o país de Portugal, ligando-o, depois, ao Brasil⁹. Portanto, não se tratava de uma verdadeira independência nacional, mas apenas de um afastamento em relação a Portugal pois considerava-se que, a nível político e económico, este país se encontrava desarticulado e com pouca capacidade de reestruturar-se.¹⁰

Perante toda essa situação, o relacionamento entre o proprietário de terra e o rendeiro e entre o senhor e o escravo tornou-se de hostilidade. Os rendeiros, ultrapassando anos de crise, não se encontravam em condições de pagar a renda a que estavam sujeitos. Entretanto eram abrigados a liquidá-la para poderem garantir o terreno para outras ocasiões; os escravos eram maltratados, chicoteados e pancadeados pelo seu senhor. Essas duas classes considerando-se vítimas de injustiça desencadearam revoltas, sendo as mais célebres, a dos rendeiros, da Ribeira dos Engenhos, em 1822 e 1841, na Achada Falcão e a dos escravos em Monte Agarro em 1835, quarenta e três anos antes da abolição definitiva do tráfico de escravos e a de Ribeirão Manuel, no início do século XX (1910).

O processo de abolição de escravatura, iniciado no século XVIII, foi acelerado por estes movimentos sociais e consolidou-se no século XIX. Em 1878 foi abolido definitivamente o tráfico de escravos e a escravatura em Cabo Verde.

No entanto, os movimentos sociais que não visavam apenas a abolição da escravatura fazem-se sentir após 1878 e mesmo no século XX, traduzindo a resistência dos cabo-

⁸ CARREIRA, António, *A Navegação de Longo curso e o Comércio nas Ilhas de Cabo Verde no século XIX*, In *Revista Raízes* n.º 7/16. Junho de 1978 / Dezembro de 1980. Ano 4. Publicação trimestral. 1981. Imprensa Nacional, Praia. Edições Raízes e PEREIRA, Aristides, *Uma Luta Um Partido Dois Países*. Notícias. 2003.

⁹ José Guimarães, na sua Dissertação de Mestrado em História de África, *A Difusão do Nativismo em África: Cabo Verde e Angola – séculos XIX e XX*, recentemente defendida na Universidade de Lisboa é de opinião que a fome de 1830-33 foi factor decisivo no processo de adesão de uma fracção de cabo-verdianos ao Nativismo e fez vincar parcialmente a ideia da Confederação com o Brasil, isto é, a separação das colónias relativamente a Portugal e, simultaneamente, a união entre si, liderada pelo Brasil. Segundo Elisa Andrade, no seu artigo em *ASEMANA*, de 27-05-05, em 1836, numa rebelião de escravos e jornaleiros na ilha do Sal, arvora-se a bandeira tomada no consulado do Brasil.

¹⁰ OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-verdiana (1820 – 1975)*, edição da Fundação Macau, p. 30, Aristides Pereira na sua obra, *Cabo Verde – Guiné, Uma Luta, Um Partido, Dois Países*. Notícia. 2003 e José Vicente Lopes nas suas obras, *Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. e *As Causas da Independência*, Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 20.

verdianos à dominação estrangeira. (...) a 17 de Abril de 1886, mais de mil pessoas, partindo de várias freguesias do Paul, marcharam sobre Ribeira Grande (Santo Antão) que ocuparam durante cinco dias (a praça do Concelho, a Câmara Municipal e várias repartições públicas) para protestarem contra injustiças e vexames a que estavam submetidos e contra a sobrecarga da contribuição predial; a 20 de Abril de 1891, mais de 2 000 trabalhadores das companhias carvoeiras de São Vicente, despedidos devido à paralisação da navegação e do comércio no Porto Grande, dirigem-se aos Paços do Concelho para exigir trabalho para não morrerem de fome; a 12 de Fevereiro de 1910, revolta de rendeiros de Ribeirão Manuel, liderada por Ana Veiga (Santa Catarina - Santiago) que se recusam a pagar as rendas aos “morgados” e passam a colher, sem licença, semente de purgueira nas propriedades dos mesmos; na consequência das frequentes crises que assolaram o país nos inícios da década de 1920, proprietários de Achada Portal (Tarrafal – Santiago), sublevam-se; nos dias 28 e 29 de Janeiro de 1929, período em que São Vicente atravessava mais uma das suas maiores crises de emprego, eclodiu mais uma revolta, reunindo, desta vez, trabalhadores, estudantes e professores levando a que, por ordem do Governo colonial, o Comandante militar desta ilha instalasse o Governo militar e assumisse todas as atribuições policiais da cidade; a 7 de Junho de 1934, Nhô Ambrose – o célebre Capitão Ambrósio de Gabriel Mariano – hasteando uma Negra bandeira/Bandeira negra da fome, sobre a qual escreveu um comerciante, *CRISE*, encabeçou a manifestação de um grupo de insurrectos que acabou por invadir a Alfândega, distribuir as mercadorias aí encontradas e continuar depois, mesmo perseguidos pela polícia, a abrir armazéns de diversas casas comerciais para confiscar as mercadorias e distribuí-las para o povo da ilha.¹¹

Durante cerca de um século (fins do século XIX e seguinte), Cabo Verde passou a receber apoios monetários de Portugal, nomeadamente na construção de estradas, como forma de superar a situação por que Cabo Verde passava, nomeadamente a de falta de emprego. Entretanto, sendo o salário baixo, os trabalhadores nesse sector eram velhos, mulheres e crianças, esses dois grupos em regime de sobre exploração. Na realidade, esses empregos eram apenas uma forma de ajudar as pessoas, perante a seca que, no passado, dizimava milhares de pessoas.

O crescimento da população era acelerado, a produção e a produtividade eram baixas, e não acompanhavam o nível crescente da população. A indústria estava pouco desenvolvida.

¹¹ ANDRADE, Elisa Silva, *A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento (I)*, in ASEMANA, de 27-05-05.

Esses factos levaram a um grande desequilíbrio entre a população e os recursos disponíveis. Cerca de 90% do consumo em Cabo Verde era importado. Situação que viria a provocar a aceleração dos movimentos migratórios, a única solução encontrada pelas populações do arquipélago para o restabelecimento do equilíbrio entre os recursos disponíveis e a população.

A administração portuguesa confrontava-se com problemas de carácter político, económico e social mesmo dentro de Portugal e por isso, não podia resolver os das suas colónias.

a) *O papel do ensino na formação da consciência nacional*

No que diz respeito ao ensino em Cabo Verde, só nos anos quarenta do século XIX o governo colonial português, estendeu às províncias Ultramarinas a política de criação de uma rede de escolas públicas. Mas na realidade, como o diz António Carreira num artigo da revista *Raízes* n.º 21, a primeira escola primária em Cabo Verde foi criada em 1817, na cidade da Praia (então vila da Praia) que, foi sol de pouca dura devido à falta de pessoal docente. Finalmente, só em Agosto de 1845 foram criadas as bases legais que regulamentavam o ensino primário em Cabo Verde.

Deste modo, foram criadas as primeiras escolas na ilha Brava, o que justifica o facto de as grandes elites letradas dos finais do século XIX serem originários da ilha das flores, como Eugénio Tavares, Luís Loff de Vasconcelos, entre outros. O ensino encontrava-se antes a cargo das ordens eclesiásticas.

A cidade da Praia, entre 1853 e 1892, contava já com um número significativo de intelectuais e, já se pode constatar a existência de algumas instituições e associações culturais das quais, merece especial destaque, o Teatro Africano, o Teatro D. Maria Pia de Sabóia, o Gabinete de Leitura da Praia, a Biblioteca e Museu Nacionais, a Associação Literária Grémio Cabo-verdiano.¹²

Essas instituições culturais tiveram grande importância na divulgação da situação por que passava Cabo Verde e por elas também passaram as ideias de separação de Cabo Verde de Portugal.

Em 1866, pela iniciativa da Igreja, foi criada a primeira escola secundária do país em São Nicolau – o Seminário-Liceu que, além de suprir a falta de liceu, tinha também o objectivo de educar os jovens para a vida eclesiástica. Esta instituição teve grande impacto na

¹² PEREIRA, Aristides, *O Meu Testemunho, Uma Luta, Um Partido, Dois países*. Notícias. 2003. p. 52.

formação das elites letradas do arquipélago. Temos por exemplo algumas figuras de destaque que saíram da referida instituição como Pedro Cardoso, Eugénio Tavares, Baltazar Lopes da Silva, entre outros.

Nota-se um grande movimento da sociedade cabo-verdiana a favor da divulgação do ensino, o que é justificado não só pelo gosto dos cabo-verdianos pela cultura, mas também e, essencialmente, pela ascensão do negro e do mestiço que procuravam afirmar-se.

Tal movimento levou à formação de pequena burguesia que cresceu numericamente, aumentando o seu poder nos finais do século XIX e inícios do seguinte.

b) A imprensa no despertar da consciência nacional

Em 1842¹³ foi implementada a Imprensa em Cabo Verde, havendo já a denúncia da situação existente através da publicação de opúsculos que não desapareceram depois. Podemos mencionar aqui o caso de um opúsculo escrito por Luis Loff de Vasconcelos denunciando a situação da fome de 1900, *considerando que o facto de morrerem milhares de pessoas perante a inércia, a incompetência e o desinteresse do governo central, podia ser encarado como uma guerra de extermínio a um povo indefeso*.¹⁴

O aparecimento duma imprensa em Cabo verde só trinta e cinco anos depois da introdução do prelo, para além dos factores económicos, é o reflexo do atraso da terra nesse aspecto e da inexistência até então de uma população esclarecida e mais exigente em termos informativos, o que só seria possível com o aumento qualitativo da instrução.¹⁵

Contudo, a imprensa favoreceu uma maior escolarização dos cabo-verdianos, uma vez que para que houvesse um maior impacto da imprensa era preciso existir um número significativo de pessoas que, conhecendo os problemas do país, pudessem divulgar as suas aflições e, de um certo número de leitores que motivassem os escritores nos seus trabalhos.

A existência da imprensa em Cabo Verde permitiu a criação de várias obras literárias que tiveram grande impacto na formação da consciência nacional. Foi assim que nasceram os periódicos, os jornais (entraram em cena em 1877, com o jornal intitulado, O Independente) e as revistas, importantes instrumentos de denúncia do colonialismo português.

¹³ LOPES, José Vicente, *As Causas da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 20.

¹⁴ OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-verdiana (1820 – 1975)*. Edição da Fundação Macau. p. 41.

¹⁵ Ibidem, p. 69.

A posse da escrita, um instrumento intelectual muito precioso, e o emprego no Estado permitiram à pequena burguesia um contacto directo e permanente com a problemática da resolução de problemas colectivos, tornando-a mais atreita à intervenção pública e ao exercício da cidadania¹⁶. A imprensa escrita torna-se assim uma das formas privilegiadas da afirmação da pequena burguesia.

Houve, nessa época, um grande aumento de número de obras literárias, como jornais e periódicos, fruto da formação de uma elite letrada em Cabo Verde. Nessas obras criticava-se o sistema colonial português e procurava-se afirmar a cultura de Cabo Verde e o direito deste país a autodeterminar-se.

Nessa linha de ideias surgiu o protonacionalismo cabo-verdiano com os jovens escritores dos finais do século XIX, defendendo a independência de Cabo Verde. De entre eles destacam-se: Eugénio Tavares, Pedro Monteiro Cardoso e Luís Loff de Vasconcelos. Essas figuras foram muito importantes na difusão de ideias autonomistas em Cabo Verde. Isso, embora não tenham conseguido ultrapassar a dualidade da sua dupla pertença: a Portugal e a Cabo Verde.

A implementação da imprensa em Cabo Verde foi tão importante que, embora desde sempre tenha havido resistência à dominação colonial, as manifestações mais fortes em prol da independência do nosso país foram depois do seu nascimento. A atitude de “fincar os pés na terra”, que viria a ser defendida pelos claridosos teve as suas raízes na década de 1880.¹⁷

*Mas, é a partir dos anos cinquenta (do século XX) que concomitantemente às primeiras afirmações práticas do movimento nacionalista clandestino, começaram a surgir jovens escritores, sintonizados com o espírito do século e já na posse da consciência de estarem investidos numa missão irrenunciável: fazer da criação literária um meio e uma forma de denúncia global do sistema colonial, de consciencialização do homem africano, ainda em narcose inerente à sua situação de oprimido e alienado, de reivindicação de identidade na liberdade e de plena autodeterminação.*¹⁸

¹⁶ José Vicente Lopes na sua obra, *As Causas da Independência*, diz que a geração de Eugénio Tavares lutava no sentido de os cabo-verdianos terem as mesmas prerrogativas que um cidadão português de Portugal. Lutavam para a valorização de tudo o que é nativo, considerando que se Cabo Verde era tido como parte integrante de Portugal, os seus habitantes deveriam ser tratados como os brancos.

¹⁷ PEREIRA, Aristides, *O Meu Testemunho, Uma Luta, Um Partido, Dois países*. Notícias. 2003. p. 58.

¹⁸ DUARTE, Manuel, *Breves Notas Sobre a Literatura Caboverdeana*, in *Revista Raízes* n.º 21. MCMLXXXIV. Edições Raízes. Publicação Trimestral. Junho de 1984. p. 3.

c) A maçonaria na difusão de ideias nacionalistas

A maçonaria era uma associação secreta de carácter iniciático, organizada com fins filantrópicos socio-económicos e culturais. O seu surgimento está relacionado com as corporações de pedreiros na Idade Média denominados *maçons*. Os grémios de pedreiros livres assumiram um carácter supranacional e não simplesmente local. Para garantir o emprego dos associados, mantinham secretos certos processos técnicos de trabalho profissional.

Com a convenção de quatro lojas maçónicas de Londres, em 1717, surgiu a grande loja que, em 1723, adoptou a constituição elaborada por um pastor protestante não conformista, J. Anderson. Desta derivaram todas as outras lojas maçónicas do mundo¹⁹.

Em Cabo Verde, durante o século XIX, havia quase um total desconhecimento da Maçonaria, visto tratar-se de uma associação secreta. Entretanto, há informações sobre a existência de duas lojas maçónicas em 1840 e 1898 na Praia, denominadas União Atlântica n.º 140036 e Universo n.º 404 do Rio francês, respectivamente²⁰ e mais tarde, *de um triângulo*, na mesma cidade, de 1911 a 1921, que se converterá depois na loja Universo, *pouco duradoura, e outros triângulos, em 1922, e entre 1929 e 1933*²¹. Já no início do século XX, houve uma proliferação dessas lojas em Cabo Verde: em São Vicente surgiram algumas lojas maçónicas como São João de 1903 a 1913, a Fidelidade de 1903 a 1915, *British Exiles*, de cidadãos britânicos, de 1903 a 1911 e Almirante Reis a partir de 1912; na Brava aparecem: Cosmos, de 1900 a 1912 em Vila Nova de Cintra; Em Santo Antão: “um triângulo na Ribeira Grande activo de 1904 a 1911”²².

Além dos jornais, a Maçonaria constituiu também uma importante forma da produção da acção política. Por ser um tipo de agrupamento secreto, não possui uma informação pública, abundante e variada, mas teve grande importância na dinâmica política cabo-verdiana nos finais do século XIX e princípios do seguinte.²³

A acção maçónica em Cabo Verde, tinha o objectivo de difundir a ideia de participação cívica e política, a luta pela instrução, combate ao poder histórico da igreja católica, enfim, de

¹⁹ In Enciclopédia Brasileira de Cultura, Vol. 12º, Editorial Verbo, Lisboa, <http://www.maçonaria.net/what-is.shtml> ; <http://www.cacp.org.br/maçonaria.htm>

²⁰ PERREIRA, Aristides, *O Meu Testemunho: Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, Editorial Notícias, 2003, p. 65.

²¹ In, Dicionário Temático da Lusofonia, Texto Editores, 1ª Edição, Lisboa, 2005, p. 669.

²² Idem.

²³ PERREIRA, Aristides, op. Cit. , p. 64.

difundir e de criticar o sistema colonial português e as ideias de separar Cabo Verde de Portugal.

d) A situação da mulher em Cabo Verde antes da Independência Nacional

Pela descrita situação por que os habitantes das ilhas de Cabo Verde passavam, pode-se imaginar qual era a situação da mulher, que era, evidentemente, pior, por ser duplamente explorada: como mulher e como colonizada.

Não tendo sido possível implantar uma população branca em Cabo Verde, os poucos brancos que se encontravam aqui decidiram recorrer à mão-de-obra escrava, trazida da costa ocidental da África. Os negros africanos vieram, sobretudo, sob condição de escravos, dos quais faziam parte também as mulheres.

Desde o início do povoamento e colonização de Cabo Verde, até à abolição da escravatura, tanto as mulheres como os homens tiveram situação idêntica: ambos eram colonizados e sobreexplorados; todos eram tidos como instrumento de trabalho que poderia ser vendido a qualquer momento e para qualquer destino.

Entretanto a situação da mulher era pior. Ela era explorada tanto pelo colonizador como pelo companheiro. Ela foi utilizada pelos homens brancos para suprir a carência das brancas nas ilhas.

Foi assim que começou o processo de mestiçagem, fruto do abuso sexual dos brancos em relação às negras. A mulher trabalhava, de um modo geral, em casa, na produção agrícola e no trabalho de artesanato ligado à agricultura, desempenhando, assim, um papel de destaque na economia cabo-verdiana, durante o período do tráfico negreiro, colhia, cardava e fiava o algodão para a obtenção de panos que eram mercadorias que serviam como moeda para a compra de produtos que não era possível serem produzidos nas ilhas.²⁴

Esta foi assim um importante instrumento de produção e reprodução do sistema escravagista.

Com a abolição da escravatura, e sobretudo do sector urbano, elas foram relegadas para o sector da produção doméstica, continuando a ser duplamente exploradas. No campo, a situação agravou-se muito com o peso da emigração. Perante esse fenómeno, a mulher tinha que assegurar as funções que antes eram exercidas pelo marido: a chefia da família. Dispondo

²⁴ ANDRADE, Elisa Silva, *Les Femmes Aux Iles Du Cap Vert - Lute de Libération, Reconstruction Nationale e Perspective*. UNESCO. Paris. 1983. p. 3.

de uma parcela de terra cuja produção não dava para a satisfação das necessidades básicas da família, passaram a trabalhar na construção de estradas, onde sofriam discriminação salarial.

Além disso, os filhos de mulheres solteiras não tinham o direito de serem reconhecidos e registados pelo pai (casado) nem receber o sustento deste.

Quanto à educação das raparigas, estas frequentavam a escola em menor número em relação aos rapazes. Para comprovar isso basta saber que no ano lectivo 1899 - 1900 o número de alunos era de 4527 dos quais apenas 663 eram do sexo feminino (correspondendo a 14.6% dos efectivos escolares).²⁵

Às mulheres que não eram casadas, não era permitido exercer funções na administração pública, no período de gravidez. No entanto, elas não recebiam nenhuma remuneração nesse período.

A situação da mulher no período após a abolição da escravatura perdurou até às vésperas da independência nacional. Continuaram a sofrer a discriminação salarial e os filhos delas continuaram sem direito de ser reconhecidos pelo pai quando este era casado. A falta de confiança na capacidade delas fez com que não tivessem direito de ascender à magistratura. O número de escolas continuava baixo e a frequência das raparigas às escolas era reduzida se comparada à dos rapazes.

Só a partir dos anos 50 é que começa a haver um aumento significativo de raparigas a frequentar as escolas e as universidades, sobretudo portuguesas, juntamente com os rapazes, a partir dos anos 60. É neste contexto que desperta nelas a ideia da sua emancipação. Assim, consolidando a sua consciência nacional, que geralmente começou a formar-se ainda durante os estudos liceais, elas entenderam que a única solução para a situação por que passavam as populações das ilhas de Cabo Verde e para a sua emancipação era a independência do nosso país.

A título de exemplo, vamos abaixo citar alguns actos que eram proibidos às mulheres, segundo o código civil de 1867:

- ✓ *Não podem ser tutores, produtores, nem vogaes do conselho de família as mulheres, excepto as ascendentes do menor (Art. 234º).*
- ✓ *Podem afiançar todos os que podem contratar excepto as mulheres, não sendo comerciantes (Art. 819º). Contudo, podiam fazê-lo nos seguintes casos (Art. 820º):*

²⁵ CARREIRA, António, *As Ilhas de Cabo Verde há Cem Anos*, in *Revista Raízes* n.º 21. MCMLXXXIV. Edições Raízes. Publicação Trimestral. Junho de 1984. p. 28.

- *1º no caso de fiança de dote para casamento;*
 - *2º se houvessem procedido com dolo em juízo do credor;*
 - *2º se houvessem recebido do devedor a coisa, ou quantia sobre que se recae a fiança:*
 - *4º se se obrigarem por coisa que lhes pertença, ou em favor dos seus antecedentes ou descendentes.*
- ✓ Quanto ao poder paternal na constância do matrimónio (Secção VII), *as mães participam do poder paternal, e devem ser ouvidas em tudo o que diz respeito aos interesses dos filhos; mas é ao pae que especialmente compete durante o matrimónio como chefe de família, dirigir, representar e defender os seus filhos menores, tanto em juízo como fora d'elle (Art.138º).*
- ✓ No que concerne à convenção dos esposos relativamente a seus bens (Secção V), *a mulher não pode privar o marido, por convenção anti-nupcial, da administração dos bens do casal; mas pode reservar para si o direito de receber, a título de alfinetes, uma parte dos rendimentos de seus bens, e dispor d'ella livremente comtanto que não exceda a terça dos ditos rendimentos líquidos (Art.. 1104º).*
- ✓ Relativamente aos direitos e obrigações geraes dos cônjuges (Secção VIII), *ao marido incumbe, especialmente, o direito de proteger e defender a pessoa e os bens da mulher; e a esta a de prestar obediência ao marido (Art. 1185º). A mulher auctora não pode publicar os seus escriptos sem o consentimento do marido; mas pode recorrer á auctoridade judicial em caso de injusta recusa d'elle (art. 1187º). A administração de todos os bens do casal pertence ao marido, e só pertence à mulher na falta ou no impedimento d'elle (Art. 1189º).*²⁶

Como se pode ver claramente, a mulher era considerada como uma filha menor no âmbito do casamento.

Até 1852 a lei portuguesa autorizou o marido a bater na mulher, e o Código Penal de 1886 considerava o adultério da mulher como atenuante de homicídio, não sendo

²⁶ SEABRA, Joaquim Pedro Júnior, Código Civil (português) 1867.

*reconhecida à mulher a mesma atenuante. Para ela só existiam atenuantes ao homicídio no caso do marido a ter obrigado à coabitação com a amante no domicílio conjugal*²⁷.

No que tange ao exercício de certas funções, segundo o código civil português, de 1966, não era permitido às mulheres casadas a assinatura de contratos com terceiros ou exercer uma profissão lucrativa sem o acordo do marido. Era-lhe, igualmente, amputado o direito de exercer certas profissões como a Magistratura, a Diplomacia e outras funções ligadas aos Negócios Estrangeiros; não podiam ainda ser marinheiros, polícias nem soldados.²⁸

As disposições acima mencionadas mantiveram-se até 1975, altura a partir da qual o homem e a mulher cabo-verdianos passam a ter, perante a lei, os mesmos direitos.

Em suma, a situação por que passou a mulher no período colonial era alarmante. Durante a escravatura sofreu uma grande exploração, compensando as insuficiências da mão-de-obra, ao lado dos homens e sofrendo abusos sexuais por parte do homem branco. A mulher assegurava, pois, a produção e a reprodução do sistema escravagista.

Após a abolição da escravatura, embora houvesse transformações significativas na sua situação, ela sofreu a discriminação salarial, além do tratamento de inferioridade em relação ao homem a que estavam sujeitas, tanto no meio familiar quanto na sociedade. A ela cabiam todas as tarefas domésticas e a ele estavam reservados todos os trabalhos no domínio público.

2. A Conjuntura Internacional

O processo de autodeterminação das colónias em África começou a ser abordado entre as duas grandes guerras. Em 1919, um ano após a primeira guerra mundial, foi realizado em Paris o primeiro congresso pan-africano. Desta data a 1927 realizaram-se quatro congressos desses, onde se reivindicou sempre a diminuição das injustiças no continente negro, nomeadamente no que diz respeito à participação dos povos nas tomadas das decisões políticas.

A participação de tropas africanas nas duas guerras mundiais teve grande influência no despertar da consciência nacional em África. Assim, ainda no decorrer da segunda guerra mundial, eclodiu, em 1944, em Marrocos, o movimento nacional. Nesse mesmo ano, Azikiwé

²⁷ SALÚSTIO, Dina citando o nº48, Cadernos Condição Feminina in *Violência contra as mulheres*. Ed. Instituto da Condição Feminina. Praia. 1999. p. 21.

²⁸ Instituto da Condição Feminina e Comissão Nacional Preparatória da IV Conferência Mundial das Mulheres (C.N.P.M.) – Situação da Mulher nas Ilhas de cabo Verde: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Praia. 1994. pp. 24 e 25.

fundou o Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões, uma frente nacional que reivindica o direito dos nigerianos decidirem o seu próprio destino político.²⁹

Com o término da segunda Guerra Mundial uma boa parte dos africanos consciencializaram-se da sua nacionalidade e começam a criar bases para o nascimento dos movimentos autonomistas.

O grande motor impulsionador da descolonização foi, assim, a segunda Guerra Mundial, na medida em que no fim desta guerra foi criada a Organização das Nações Unidas que zelava, pelo menos formalmente, pela igualdade entre os povos, nomeadamente no que concerne à autodeterminação. A Carta das Nações Unidas assinada pelas grandes potências coloniais estipulava como objectivo desta organização no seu 1º artigo: “*desenvolver entre as nações relações amigáveis, baseadas no princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos.*”³⁰

A nível internacional as relações de força dos países capitalistas foram rompidas pelas revoluções de Outubro (na Rússia), pela revolução cubana e chinesa. Essas revoluções contribuíram para a fortificação da ideia de luta de libertação nacional. Além disso, esses países apoiaram as colónias, nomeadamente Cabo Verde e Guiné Bissau, na luta contra o colonialismo português.

A nível de Portugal, vivia-se um clima de tensão e descontentamento na década de 1920, onde a maioria dos portugueses ansiava por estabilidade política e por um novo rumo. Em 1926 foi implantado o Estado Novo em Portugal, um regime fascista.

Salazar, Presidente do Concelho em Portugal a partir de 1932, era muito ditador e considerava a grandeza imperial do seu país um valor sagrado. Durante o seu governo, todas e quaisquer tentativas de separar qualquer fragmento de Portugal foram duramente castigadas. Contudo, o movimento de descolonização cristalizou-se, sobretudo a partir da segunda Guerra Mundial.

Em Portugal nasceram alguns movimentos antifascistas como a MUD (Movimento da Unidade Democrática) e o Partido Comunista Português. Os estudantes africanos que se encontravam a estudar em Portugal, ganharam força com esses movimentos e reforçaram-na com a publicação de Antologia da Poesia Negro-africana e da revista *Présence Africain*. Foi o

²⁹ BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*. Vol. 1. Sá da Costa Editora. Lisboa. 1981. pp. 94 e 95.

³⁰ Cf DUARTE, Manuel, *Cabral e a Legitimidade Internacional*, in *Revista Raízes* n.º 3. Edições Raízes. Junho / Setembro, 1977. Ano 1. Publicação Trimestral. p. 6.

caso de Amílcar Cabral que, juntamente com outros estudantes das ex-colónias portuguesas em África, na Casa dos Estudantes do Império, começou a criar bases para o movimento nacionalista cabo-verdiano.

A partir de 1936 começaram a chegar a Cabo Verde alguns deportados que eram opositores do regime Salazarista. A presença e o convívio com esses deportados tiveram grande impacto no despertar da consciência nacional.

Em 1955 Portugal tornou-se Estado membro da ONU. Após a sua admissão nessa organização e, como qualquer outro membro, tinha o dever de dar informações sobre a situação dos territórios africanos sob o seu domínio. Segundo *o artigo 73º, capítulo XI da carta das Nações Unidas, em vigor desde 24 de Outubro de 1945, para além dos capítulos XII e XIII, os Estados membros responsáveis por territórios não autónomos comprometiam-se em prestar informações sobre os mesmos, nomeadamente no que se refere aos aspectos político, económico, social e educacional dos povos neles existentes*.³¹ Ainda segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos qualquer país dominador deveria promover o governo próprio das regiões ultramarinas sob a sua administração tendo em conta as ambições das suas populações.³²

Esta foi a estratégia utilizada pelas Nações Unidas para fazer com que os países colonizadores reconhecessem o direito à autodeterminação dos povos sob a sua administração. Deste modo, a acção da ONU foi muito importante, senão decisiva, para a independência de um número significativo de países.

Em 1947, *a Assembleia Geral da ONU, pela sua resolução 146 (II), criou o comité especial para o exame das informações que as potências coloniais deviam comunicar às Nações Unidas nos termos do artigo 73 da carta*.³³

Entretanto, Portugal, para poder recusar-se a dar tais informações, alterou a sua Constituição em 1951, passando a denominar os territórios sob a sua tutela, de “Territórios Ultramarinos” e passou a considerar que não possuía territórios que pudessem ser incluídos na categoria indicada pelo artigo LXXIII, pois esses territórios, na sua óptica eram autónomos.

³¹ LOPES, José Vicente, *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 79.

³² Cf DUARTE Manuel, *Cabral e a Legitimidade Internacional*, in *Revista Raízes* n.º 3. Edições Raízes. Junho / Setembro, 1977, ano 1, Publicação Trimestral, pp. 7 e 8. E LOPES, José Vicente, *Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 79.

³³ Cf DUARTE Manuel, *Cabral e a Legitimidade Internacional*, in *Revista Raízes* n.º 3. Junho / Setembro. 1977. Ano 1. Publicação Trimestral. Edições Raízes. p. 7.

Além disso, o referido país proibia que as Nações Unidas interferissem na vida dessas Províncias.³⁴

Perante essa atitude, Portugal foi sendo pouco a pouco isolado da comunidade internacional que estava muito atreita à autodeterminação dos povos afro-asiáticos. Na XV Assembleia-geral da ONU, em Dezembro de 1960, a comunidade internacional teve que admitir que esses territórios não eram autónomos.

*A África Negra organiza-se no momento em que os colonizadores europeus enfrentam já a sublevação dos povos colonizados na Ásia e na Indonésia, os Ingleses na Índia, na Birmânia, na Malásia e no Iraque, os Franceses, no Vietname até 1954 e, imediatamente a seguir, como que para evitar que a cena fique vazia, na Argélia.*³⁵

Apesar da tentativa de revelar aos povos colonizados os seus direitos à autodeterminação, a ONU revelou-se incapaz de resolver os problemas de descolonização por vias pacíficas. Assim, a única solução que restou às colónias portuguesas foi recorrer à luta armada de libertação nacional.

³⁴ Cf LOPES, José Vicente, *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 79.

³⁵ BENOT, Yves, *Ideologias das Independências Africanas*. vol. 1. Sá da Costa Editora. Lisboa. 1981. p. 4.

CAP. II – O ENGAJAMENTO DAS MULHERES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A luta de libertação de Cabo Verde foi, como teremos a oportunidade de ver com mais profundidade, conjuntamente com a da Guiné Bissau. Nessa luta, as mulheres participaram de modo diferente tanto num como noutro país, bem como na diáspora.

Muitos dos militantes (nacionalistas), embora estando a favor da independência de Cabo Verde tinham medo de aderir à luta de libertação devido às represálias que podiam sofrer da PIDE. Sabiam o risco que corriam ao integrarem a organização clandestina da luta.

A maioria da população do país vivia do trabalho do Estado, para a sua sobrevivência. Este facto, aliado à ausência da tradição associativa e de liberdades fundamentais tornava ainda mais difícil a mobilização, sobretudo das massas camponesas que consideravam como principal força da luta anticolonial.

As acções da PIDE eram concertadas e destruidoras, tinha um grande poder de infiltração no seio da população, visto tratar-se de uma polícia secreta. Além disso, faziam parte dessa organização também cabo-verdianos, que disfarçadamente procuravam denunciar aqueles que se encontravam envolvidos, clandestinamente, na mobilização da população para a causa da independência. Os nacionalistas de que desconfiavam estar envolvidos nessa actividade, eram perseguidos e procuravam estar a par de qualquer conversa que tivessem com outras pessoas.

Quanto ao engajamento da mulher na luta, foi, segundo Marline³⁶ e Isaura Gomes³⁷, numa entrevista que lhes fizemos, no início algo extremamente difícil devido à mentalidade da época. Os companheiros desconfiavam da sua capacidade e pensavam que as mulheres deviam ficar como a retaguarda dos homens. Contudo, estas decidiram lutar no sentido da sua participação activa na luta de libertação de Cabo Verde. Segundo Marline, no início da preparação para a luta armada, os dirigentes do PAIGC consideravam que as mulheres não

³⁶ Marline Barbosa Almeida, natural da Praia, é filha de pai natural de São Nicolau e mãe do Fogo. Estudou a 2^a e 3^a classe em São Nicolau e as outras classes na Praia. Aderiu à luta de libertação nacional durante a vida estudantil e depois da independência trabalhou na Direcção Geral da Indústria até 1994. A partir desta altura passou a trabalhar no PNUD onde se reformou em 2006. Vive na Praia.

³⁷ Isaura Gomes é farmacêutica e foi deputada durante a primeira República. Actualmente, é Presidente da Câmara Municipal de São Vicente.

podiam ir para a vanguarda mas ela disse ter argumentado que se fosse necessário carregar armas que também o faria.

Deu-se início a todo um trabalho de formação da consciência política começou a formar nas mulheres jovens que aderiram à causa da independência de Cabo Verde ainda durante a sua vida estudantil. Algumas em Cabo Verde, outras em Portugal, longe ou desafiando os laços familiares.

Com o desenvolvimento da luta, as mulheres viriam a participar, em todas as suas vertentes ao lado dos homens e de acordo com as suas possibilidades.

1. A luta armada de libertação nacional no âmbito da unidade Guiné / Cabo Verde

A luta de libertação nacional é indissociável do percurso de Amílcar Cabral. Este nascido no seio de uma família cabo-verdiana, na Guiné Bissau, fez os seus estudos primários em Cabo Verde (Santiago) e secundários em São Vicente, de onde partiu premiado como melhor aluno, com uma bolsa de estudos para prosseguir os seus estudos superiores em Portugal. *Ainda na sua juventude Cabral evidenciava já uma especial afeição pela percepção do mundo que o rodeava, facto que se espelhava nos seus dotes de poeta e de escritor. Os seus sentimentos nacionalistas eram vistos com reprobção pelas autoridades coloniais.*³⁸

*A concretização do pensamento nacionalista de Cabral fez-se, primeiramente em Lisboa, onde ele prosseguia os seus estudos superiores de agronomia, desde o primeiro ano do pós-guerra (1945 – 1946). No Instituto Superior, participa, logo no seu primeiro ano, nas lutas reivindicativas da juventude antifascista”.*³⁹

Desde a fundação do PAIGC mostrou-se a necessidade de unidade entre Guiné e Cabo Verde para reforçar o movimento de luta nos dois países, para libertá-los do jugo colonial. No quadro da luta de libertação nacional consistia em unir os povos da Guiné, de Cabo Verde e ainda em unir os povos dos dois países.

Amílcar Cabral justifica a necessidade de Cabo Verde e Guiné unirem-se para a luta com o fito de, futuramente, criar um conjunto económico factível. Além disso, desde o povoamento e início de colonização de Cabo Verde esses dois países possuem história comum, pois Cabo Verde foi povoado pelos escravos e africanos livres oriundos, sobretudo,

³⁸ ACOLP (Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria), Liberdade Ainda e Sempre... na pisada dos que lutaram pela Independência Nacional. p. 33.

³⁹ ANDRADE, Elisa Silva, *Cabo Verde, da Descoberta à Independência Nacional (1460 – 1975)*. Éditions L'Harmattan. 1996. p. 244.

da Guiné Bissau e este país esteve durante muito tempo, desde 1550 até 1869, administrativamente sob dependência de Cabo Verde.

Amílcar Cabral apresenta ainda uma outra explicação para o princípio de unidade e luta: exactamente a situação que se vivia tanto na Guiné como em Cabo Verde que não eram muito distantes, ambos são países pouco desenvolvidos e submetidos à dominação do mesmo país e tinham os mesmos objectivos políticos. Com o intuito de derrotar o colonialista, sentiu-se a necessidade de unir força para opor ao colonialismo. A unidade e luta constituiriam, assim, um factor importante e necessário para a derrota do colonialismo português.

Sendo Cabo Verde e Guiné dois países pequenos e com fraca densidade populacional sentiram necessidade de unir esforços para combater o inimigo que afinal era o mesmo: o colonialismo português.

A nosso ver, havia necessidade de fazer uma unidade entre Guiné e Cabo Verde para que os dois povos conseguissem alcançar os seus objectivos. O princípio de unidade e luta defendido pelo PAIGC foi um facto importante e fundamental, uma vez que o inimigo era comum, então não faria sentido os dois países lutarem separadamente para alcançarem o mesmo fim.

Na Casa dos Estudantes do Império, Amílcar Cabral teve a oportunidade de contactar os estudantes de outras colónias portuguesas em África e, deste modo, conhecer os problemas por que passavam esses territórios que eram semelhantes aos nossos. A estadia na metrópole pelos estudantes africanos constituiu um factor decisivo para a percepção das diferenças entre Cabo Verde e Portugal e entender o nível de colonização e exploração das ilhas.

Portugal era um país com o nível de desenvolvimento mais baixo da Europa, vivendo na dependência de outros países europeus, nomeadamente da Inglaterra no que concerne a meios para a exploração das riquezas minerais das suas colónias. Assim era evidente a situação económica e social precária em que se vivia nos territórios sob a sua administração. Isso foi uma das razões que levou, Amílcar Cabral a querer a independência de Cabo Verde e Guiné Bissau.

Paralelamente à luta política na metrópole, os estudantes africanos agrupavam-se para defenderem a sua identidade cultural.

No grupo de estudantes das outras colónias portuguesas, o líder da luta de libertação nacional de Guiné e Cabo Verde, informa-se sobre as obras literárias dos africanos das colónias francesas que traduziam a aspiração desses povos à liberdade e autodeterminação.

Assim, *Simultaneamente, esses jovens estudantes africanos foram-se formando política e ideologicamente, através da leitura de obras marxistas ou com conotação social.*⁴⁰

Terminado o ano escolar em 1949, Cabral, de férias, regressou a Cabo Verde. Aqui ele começou a pôr em prática as suas ideias nacionalistas, mostrando que o nosso país tinha condições para ser independente, por possuir uma cultura própria e ser capaz de governar-se a si mesmo.

Regressando a Portugal, retomou a luta em duas vertentes: no seio dos jovens democratas portugueses e no seio dos estudantes africanos em Portugal. No entanto, as autoridades portuguesas tinham como aliados uma camada de cabo-verdianos que os ajudaram a penetrar no continente negro e a assegurar a administração colonial com vista a reforçar o seu domínio em África.

Um ano depois, Cabral, foi à Guiné Bissau, de férias, onde também trabalhou no sentido de mobilizar as pessoas e criar uma base social propícia ao desencadear da luta de libertação nacional.

Dois anos mais tarde, em 1952, Amílcar Cabral concluiu o curso de Engenheiro Agrónomo e vai trabalhar na Guiné Bissau. Em Agosto do ano seguinte, ele foi encarregue pelo governo da metrópole de estudar, planear e executar o recenseamento agrícola na Guiné Bissau. Nesse contexto, ele iria lançar as bases necessárias ao desencadear da luta de libertação nacional. Começa por organizar encontros com os seus antigos colegas dos estudos nos liceus, cabo-verdianos que se encontravam na Guiné. Alguns aderiram à justa causa, mas outros sentiram medo das consequências que poderiam advir das autoridades coloniais.⁴¹

*A aceitação e a audiência que encontrou no seio dos Guineeses confirmariam a sua ideia de necessidade de uma luta conjunta de libertação nacional da Guiné Bissau e Cabo verde*⁴². Essa aceitação mostra o sentido da necessidade de autodeterminação dos Guineeses e Cabo-verdianos embora não tendo a iniciativa de se organizarem em novas formas de luta.

Aproveitando a oportunidade que teve de ter um contacto directo com a massa camponesa e conhecer de forma mais profunda o nível de exploração e desenvolvimento

⁴⁰ Ibidem, p. 244.

⁴¹ Cf. ANDRADE, Elisa Silva, *Cabo Verde, da Descoberta à Independência Nacional (1460 – 1975)*. Éditions L'Harmattan. 1996. p. 245 e PEREIRA, Aristides, *o Meu Testemunho, Uma Luta, um Partido, Dois países*. Notícias. 2003. pp. 82 e 83.

⁴² ANDRADE, Elisa Silva - *Cabo Verde da Descoberta à Independência Nacional*, *Cabo Verde do seu Achamento à Independência Nacional. (1460 – 1975)*. Éditions L'Harmattan.1996. p. 245.

económico do país e de conhecer os fundamentos do anseio da população para a independência nacional, publicou vários artigos no boletim cultural da Guiné Portuguesa.⁴³

Tendo já conhecido os anseios do povo cabo-verdiano, Cabral analisou a necessidade de estabelecimento de uma unidade entre os povos da Guiné e de Cabo Verde para combater o inimigo que era comum - o colonialismo português - pois, os dois países, sendo de reduzida dimensão territorial e de fraca densidade populacional, não faria sentido lutar separadamente para alcançar o mesmo objectivo.

Pelas actividades desenvolvidas, a presença de Amílcar Cabral na Guiné Bissau tornou-se indesejável pelas autoridades portuguesas devido à sua acção de mobilização. No entanto, ficou autorizado a visitar os familiares anualmente.

Na Guiné Bissau, aproveitando uma dessas visitas, Cabral, a 19 de Setembro de 1956, dirigiu uma reunião, durante a qual foi criado o Partido Africano de Independência e União do Povo da Guiné e Cabo Verde (PAI), com o “*objectivo de liquidar o colonialismo português e alcançar a independência imediata da Guiné e Cabo Verde e a união dos povos guineense e cabo-verdiano, numa perspectiva de Unidade Africana.*”⁴⁴ O lema principal da mobilização era: “unidade e luta”.

Segundo Luís Cabral, no encontro que conduziu à criação do PAI, que viria a ser mais tarde o PAIGC, participaram Elisée Turpin, ele, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida, além de Amílcar Cabral que dirigiu o encontro.

Depois de três anos de mobilização política, a três de Agosto de 1959, foram massacrados e mortos um número incalculável de trabalhadores Guineeses (marinheiros e estivadores) no cais de Pidjiguiti, por estarem a participar numa greve. Entretanto, os dirigentes do PAI consideram que foram mortos cerca de cinquenta trabalhadores nesse massacre que tinha como principal finalidade o desmantelamento do PAI, pois a sua influência já era evidente. Esse facto foi decisivo para a tomada de decisão de recorrer a luta armada de libertação nacional na Guiné Bissau que só foi desencadeada a partir de 1963.⁴⁵

Efectivamente, logo a seguir a esse massacre, isto é, de 19 de Setembro do mesmo ano, o PAI realizou uma reunião dirigida por Amílcar Cabral na Guiné Bissau, exactamente no dia

⁴³ Ibidem, p. 246.

⁴⁴ SILVA, António E. Duarte, *A Independência da Guiné Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Edição Afrontamento. 1997. p. 33.

⁴⁵ Cf SILVA, António E. Duarte, op. Cit., pp. 36 e 37 e ANDRADE, Elisa Silva, Cabo Verde, da Descoberta à Independência Nacional. (1460 – 1975). *Éditions L'Harmattan*.1996. pp. 246 e 247.

do terceiro aniversário da fundação do partido, durante a qual foram tomadas as seguintes decisões:

- Mobilizar as massas camponesas que afinal eram a principal força da Guiné Bissau (a maioria) na luta para a emancipação dos dois países;
- Preparar para a luta armada de libertação nacional;
- Transferir parte da direcção da luta para o exterior.⁴⁶

Em 1960, Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAI, participou na Conferência dos Povos Africanos em Tunis (capital da Tunísia) e, praticamente ninguém o quis ouvir, porque consideravam que em Cabo Verde não existiam problemas com o colonizador. A nível internacional consideravam Portugal como um exemplo de colonialista. Entretanto, mesmo com essa grande desilusão, ele conseguiu fundar em Tunis a Frente Revolucionária Africana para a Libertação Nacional das Colónias Portuguesas. No ano seguinte esteve no Cairo onde teve a mesma infelicidade que teve em Tunis.⁴⁷

Em seguimento a esses dois acontecimentos, constatando que a nível internacional se desconhecia o que se passava em Cabo Verde, resolveu denunciar o colonialismo português à comunidade internacional.

Assim, em Londres, nesse mesmo ano, Amílcar Cabral, empreendeu a primeira denúncia contra o colonialismo português. Ele foi coadjuvado por Basil Davidson (jornalista e especialista em assuntos da África Ocidental e antigo combatente antifascista em Jugoslávia) na tradução do seu texto “Verdade Sobre as Colónias Africanas de Portugal” de francês para inglês e organizou um encontro com todos os jornalistas londrinos numa sala de conferências da Câmara dos Comuns.⁴⁸

Em Maio de 1960, vivendo em Conacry, Amílcar Cabral criou as condições materiais para a luta armada, um lar dos combatentes e uma escola política. Em Agosto do mesmo ano, o PAI, convidado, visitou a República Popular da China. Dessa visita resultou *a partida em Janeiro de 1961, com destino à Academia Militar de Nanquim, de dez militantes do PAIGC que iriam tornar-se os principais comandantes da guerrilha.*⁴⁹

⁴⁶ SILVA, António E. Duarte, *A Independência da Guiné Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Edição Afrontamento. 1997. p. 37.

⁴⁷ Cf LOPES, José Vicente, Cabo Verde *Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. 1996. p. 80.

⁴⁸ Ibidem, pp. 80 e 81.

⁴⁹ DUARTE, Manuel, *Cabral e Legitimidade Internacional*, in *Revista Raízes* n.º 3. Edições Raízes. Junho / Setembro, 1977. Ano 1. Publicação Trimestral. p.43.

Depois de Londres, ainda no mesmo ano, Amílcar Cabral foi à ONU com o mesmo objectivo, isto é, o de informar sobre a situação real em que viviam os povos colonizados.

Na posse dessa informação, *a Assembleia Geral da ONU reafirmou, em 1961, o direito das populações das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e interpelou o governo português para que entabulasse negociações com os representantes dos movimentos nacionalistas com vista à transferência de poderes e à concessão de independência a esses territórios e povos.*⁵⁰

*Après quelques tentatives de lutte culturelle, syndicale et politique, on opta pour la lutte armée de libération nationale, à la suite du massacre de Pidjiguiti en 1959. En 1963 on déclencha la lutte armée en Guiné-Bissau,*⁵¹ (...) a partir do campo após uma análise das estruturas sociais na Guiné Bissau e a consequente avaliação das possibilidades de alianças de cada uma das classes ou camadas sociais.⁵² A luta armada foi apoiada essencialmente pelas massas camponesas, enquanto que em Cabo Verde ela foi apoiada principalmente pela pequena burguesia. Só a partir da revolução dos cravos em Portugal (25 de Abril) é que houve uma maior adesão a essa causa em Cabo Verde. Contudo, a direcção da luta continuaria nas mãos da pequena burguesia. Esse facto tem a sua razão de ser na medida em que no nosso país foram, sobretudo no início, as pessoas mais letradas as primeiras a tomarem consciência da necessidade da luta de libertação nacional. Nas ilhas de Cabo Verde, só houve luta clandestina devido à insularidade e descontinuidade territorial, condições desfavoráveis a uma prolongada luta armada de libertação nacional.

Sendo necessário pôr término à situação de dupla exploração por que a mulher passava, tanto na Guiné como em Cabo Verde, o PAIGC sublinhou esse facto como uma das suas preocupações principais. Nesse sentido, o líder do partido, Amílcar Cabral, era de opinião que um maior êxito da luta que estava sendo levada a cabo implicava uma maior participação da mulher. Essa foi a razão que levou o PAIGC desde o início da luta armada a acentuar a necessidade de integrar a mulher na luta e de reforçar a consciência da sua sobre exploração. Efectivamente, *O êxito do processo de transformação social estava, desde então, em estreita*

⁵⁰ DUARTE, Manuel, *Cabral e Legitimidade Internacional*, in *Revista Raízes* n.º 3. Edições Raízes. Junho / Setembro. 1977. ano 1. Publicação Trimestral. p. 10.

⁵¹ ANDRADE, Elisa Silva, *Les Femmes aux îles du Cap-Vert : Lutte de Libération, Reconstruction Nationale et Perspective*. Paris. 1983. p. 7.

⁵² ANDRADE Elisa Silva, *Cabo Verde da Descoberta à Independência Nacional. (1460 – 1975)*. Éditions L'Harmattan. 1996. p. 247.

*correlação com o grau de integração da mulher no combate libertador e de desempenho efectivo do seu papel de actor social*⁵³.

Assim, um dos primeiros passos a serem dados pelo PAIGC, nas zonas libertadas, foi a institucionalização dos conselhos da tabanca, compostos por cinco membros, englobando, no mínimo, duas mulheres o que viria a permitir-lhes uma maior participação nas grandes tomadas de decisão.

Na luta armada, as mulheres cabo-verdianas e guineenses que nela participaram eram de origens sociais diferentes: as cabo-verdianas foram sobretudo oriundas da pequena burguesia e as guineenses do campesinato. Assim, elas participaram de forma diferente nessa luta. Tendo a guerra iniciado nas zonas rurais da Guiné Bissau, no início da luta, a participação de mulheres guineenses foi mais importante do que a das cabo-verdianas, em número muito reduzido pois não ultrapassaram os quinze. *Quelques-unes rejoignirent le quartier général du PAIGC à Conacry dès le commencement de l'installation du parti dans ce pays, c'est à dire en 1961, d'autres y arrièrent au long des 13 années de lutte.*⁵⁴ Elas acompanhavam geralmente, seus maridos ou outro membro da família, o que não impediu que tenham tomado consciência da necessidade não somente de sua adesão, mas também da sua participação directa e activa na luta. Sendo quase todas oriundas da pequena burguesia e dotadas de uma certa formação, essas mulheres foram essencialmente utilizadas nas actividades ligadas ao funcionamento do “quartier général⁵⁵” do partido em Conacry, nas representações exteriores e algumas delas nos serviços hospitalares do PAIGC em Boké.

As mulheres desempenharam um papel muitíssimo importante que pode até ser considerado decisivo, desde o início da acção armada. No seu início, as tropas portuguesas tinham instalado barragens nas principais vias de comunicação da Guiné Bissau e procediam ao controlo de todos os homens do país que por aí passavam. Com efeito, os homens não podiam transportar materiais indispensáveis para a luta. Entretanto, as mulheres, as únicas que não se encontravam sujeitas ao controlo, podendo deslocar-se livremente, puderam assim transportar alimentos, água e armas indispensáveis aos primeiros guerrilheiros que se encontravam escondidos nas zonas das florestas.

⁵³ UNIÃO DEMOCRÁTICA DAS MULHERES DA GUINÉ BISSAU, República da Guiné-Bissau, “*A história da Contribuição da Mulher nas Lutas de Libertação Nacional, seu Papel e suas Necessidades na Reconstrução dos Novos Países Independentes da África*”, documento realizado à intenção da Reunião de peritos realizada pela UNESCO; Bissau, 3 a 7 de Setembro de 1983.

⁵⁴ Ibidem, p. 8.

⁵⁵ Quartel General.

Quando o exército português teve conhecimento do papel que as mulheres desempenhavam nesse circuito era já tarde demais.

A partir de então, as mulheres cabo-verdianas, juntamente com as Guineesas, participaram em todas as frentes de combate: “nas zonas libertadas, nos campos de batalha e nas bases de guerrilha, nas instalações do PAIGC situadas nos países limítrofes e, finalmente, ao nível internacional.”⁵⁶



Fig. 1 - Guerrilheiras na mata em Guiné Bissau, manejando armas.

No grupo de cabo-verdianos que estava a ser preparado em Cuba para um possível desembarque em Cabo Verde (1965), encontrava-se uma mulher, a única, Maria Ilídia da Cruz Brito Évora, que recebeu as mesmas instruções militares que os homens. Além da formação militar, ela recebeu também formação na área de enfermagem (pronto socorro). Chegou até a jurar a Bandeira, em 1967, juntamente com os homens. Esse grupo devia realizar um desembarque em Cabo Verde o que não se concretizou. Não sendo possível o desembarque previsto em Cabo Verde, essa mulher deu o seu valioso contributo na luta armada na Guiné Bissau.⁵⁷

⁵⁶ HANDEM, Diana lima, *História da Contribuição da Mulher à Luta Pela Libertação e a Reconstrução Nacionais na Guiné Bissau*. Paris. Reunião de peritos sobre a história da contribuição das mulheres às lutas de libertação nacional e o seu papel e necessidades para a reconstrução nos países recém-independentes da África. p. 9.

⁵⁷ Cf LOPES José Vicente, Cabo Verde, Os Bastidores da Independência. Instituto Camões, Centro Cultural Português, Praia – Mindelo. p. 230 e Agnelo Dantas – Entrevista. Comandante Agnelo Dantas participou no grupo formado para o possível desembarque em Cabo Verde. Desempenhou funções de chefia de unidades de artilharia na Guiné, em todas as frentes, nomeadamente, no Leste do país. Após a independência, desempenhou as funções de Chefe do Estado-maior das Forças Armadas em Cabo Verde. Actualmente é reformado e vive na cidade da Praia – Palmarejo.

Além da referida, várias outras mulheres deram o seu contributo na luta armada de libertação da Guiné e Cabo Verde e diversas foram as funções por elas despenhadas: professoras, enfermeiras, milicianas, telegrafistas, secretárias, redactoras, locutoras, costureiras, cozinheiras, responsáveis políticos de frentes de combate, além de trabalharem na produção agrícola porque os homens se encontravam na luta e transportando armas à cabeça, à longa distância para as frentes de combate.

Algumas mulheres cabo-verdianas que já residiam no Senegal deram valiosos contributos para a luta de libertação nacional, visto que este país possuía boas condições geográficas para o apoio à luta. Foi o caso da Laurinda Andrade que juntamente com o seu marido transformou a sua casa num local de acolhimento dos combatentes do PAIGC que passavam por Dakar no momento de preparação para a luta armada. Esta ajudou, no decorrer da luta, com meios financeiros, no transporte de armas, além de acolher e dar assistência aos feridos de guerra.⁵⁸

Durante a luta armada, as mulheres guineenses forneciam informações sobre o movimento das tropas portuguesas e preparavam a alimentação para os guerrilheiros.

Mais tarde, com a intensificação das operações militares, elas abasteciam as frentes de combate. De seguida elas integraram-se nas milícias, reuniram-se às forças armadas locais e asseguravam, em parte, os serviços das telecomunicações.

Algumas mulheres foram nomeadas para exercerem a direcção de sectores, regiões e mesmo de zonas. Foi o que aconteceu com Titina Sila (da Guiné Bissau), comissário político de um sector da frente Norte, que faleceu na luta, em Janeiro de 1973 ao atravessar o rio Farim, indo assistir ao funeral de Amílcar Cabral e Carmen Pereira, também guineense responsável do comité inter-regional da Frente Sul.

⁵⁸Cf ACOLP (Associação dos Combatentes da Liberdade Da Pátria), *Liberdade Ainda e Sempre... na pisada dos que lutaram pela independência nacional*. pp. 85 e 86.



Fig. 2 - Carmen Pereira ao lado de Nino Vieira e outros combatentes.

Com a instalação da sede do partido em Conacry (1960), houve uma participação mais directa e mais activa das mulheres cabo-verdianas na luta armada de libertação nacional. Ali foi instalada a rádio libertação, um instrumento muito importante para encorajar a luta nas diferentes frentes de combate e passar informações sobre a luta. Nesse domínio trabalhou Amélia Araújo⁵⁹ que também trabalhou na escola piloto e depois no secretariado do PAIGC, mas sem nunca ter deixado a rádio.

As primeiras tentativas da criação da Rádio Libertação começaram em 1965. As mulheres desempenharam, nesse contexto, importantes funções, particularmente Amélia Araújo. A título experimental, transmitiam apenas slogans, algumas palavras de ordem em português e crioulo e, não possuindo músicas gravadas da Guiné, transmitiam sobretudo músicas de Cabo Verde. Contudo era muito ouvido por parte dos combatentes. Pôs-se fim a esta primeira tentativa, aguardando a melhoria dos meios, uma vez que as emissões não chegavam a Bissau em boas condições.

Tendo a consciência da necessidade e a importância de uma emissora do partido, Cabral, em 1966, mandou Amélia Araújo, na companhia de mais quatro guineenses, a uma formação de nove meses, na ex – União Soviética. De regresso a Guiné Bissau, trouxeram com eles um emissor portátil, adequado à situação de guerra, contudo, este não se revelou muito funcional. Foi assim que só *a partir do dia dezasseis de Julho de 1967 a Rádio Libertação foi realmente criada. Começámos com as emissões de 15 minutos, três vezes por dia e depois, com as*

⁵⁹ Amélia Araújo, natural da ilha de São Vicente, desempenhou importantes funções no secretariado do PAIGC em Conacry e na Rádio Libertação, onde teve uma participação de destaque. Vive actualmente na cidade da Praia e trabalha na presidência da República.

*informações que recebíamos dos diversos pontos da Guiné acusando a recepção em boas condições, aumentámos o tempo de antena para meia hora. À medida que íamos ganhando experiência, íamos melhorando os nossos programas e o seu impacto foi tão grande no seio dos nossos combatentes, e também do inimigo, que não há dúvida nenhuma de que a Rádio Libertação marcou uma grande viragem na estratégia da luta de libertação nacional. Como Cabral dizia, as emissões da Rádio Libertação eram o canhão de boca na nossa luta.*⁶⁰

A Rádio Libertação teve um papel de destaque no contexto da luta, na medida em que transmitia informações sobre a situação de guerra às diferentes frentes de combate. Teve um grande impacto não só no seio dos combatentes para a libertação da Guiné e de Cabo Verde mas, e sobretudo, no seio das tropas portuguesas, consciencializando-os sobre a natureza da guerra que estavam a fazer, desperdiçando tempo e esforços, fazendo-os, assim, revoltar contra o governo português.



Fig. 3 – Amélia Araújo fazendo uma reportagem a quando da proclamação da independência da Guiné Bissau a 24 de Setembro de 1974.⁶¹

A Escola-Piloto foi criada em 1965 por Luís Cabral, na sequência do Congresso de Cassacá em que se pensava na necessidade de criar uma escola de formação de quadros que, mais tarde, poderia garantir a consolidação da independência e o desenvolvimento dos dois países envolvidos na luta.

⁶⁰ Entrevista feita à Amélia Araújo, conduzida por Leopoldo Amado, in, PEREIRA, Aristides, *O Meu Testemunho, Uma Luta Um Partido Dois Países*. Notícias. 2003. p. 333.

⁶¹ Pode ver ao lado da Amélia Araújo o ex-presidente da República da Guiné Bissau (Luís Cabral) e logo atrás, começando pela esquerda: Aristides Pereira, José Araújo, Honório Chantre e um repórter estrangeiro.

Lilica Boal⁶² foi directora da escola-piloto, uma escola que não tinha objectivo de apenas formar jovens mas também de acolher e integrar a contribuição dos quadros que ali chegavam. Era uma escola de formação integrada. Ensinava-se, sobretudo, a dimensão humana, a solidariedade e a auto-afirmação. Os livros eram editados na Suécia. “*Lembro-me de ter ido duas vezes à Suécia, para a correcção dos livros. Eu e a Amélia*”⁶³.

No quadro da Organização das Mulheres do Partido, Lilica Boal, foi a algumas missões na Inglaterra onde contactou os organismos filantrópicos, solicitando ajudas para as mulheres e para a escola-piloto.

*Paralelamente aos trabalhos da Escola-Piloto, estivemos ligadas a outros aspectos da vida do partido, particularmente da mulher. No quadro da organização das mulheres participei em vários encontros interessantes e tive a oportunidade de conhecer muita gente*⁶⁴.

Ainda na Escola-Piloto trabalhou também a Paula Fortes⁶⁵ que, segundo o seu relato, depois de ter terminado os estudos liceais em São Vicente, seguiu para Portugal onde obteve o bacharelato em enfermagem. Terminado o curso e consolidada a sua consciência nacional em Portugal, saiu deste país em direcção à Conacry acompanhada de um bebé e do seu marido. Em Conacry ela trabalhou na escola como professora de higiene e responsável pela saúde. Esta foi também directora do jardim infantil do partido em Conacry.

Sendo enfermeira, Paula Fortes, foi ainda responsável pela sala de stock no hospital de guerra em Boké e também professora de enfermagem no referido hospital.

No domínio da educação em Conacry trabalhou também Dulce Duarte⁶⁶ que depois de militar durante a vida estudantil em Coimbra no seio de outros estudantes africanos, nomeadamente angolanos, regressou a Cabo Verde em 1958 formada em Românicas e seguiu depois para França, em 1960, com destino a Conacry para dar o seu contributo na luta para a

⁶² Maria da Luz Freire de Andrade (Lilica Boal), aderiu à luta de libertação ainda durante a sua vida estudantil, em Portugal, onde se formou em Estudos Histórico-filosóficas. Aderiu à causa da independência acompanhado pelo seu marido Manuel Boal. Durante a luta foi representante do PAIGC em Dakar, Senegal, e posteriormente directora da Escola-Piloto em Conacry. Depois da independência trabalhou no Ministério de Educação da Guiné Bissau e Cabo Verde e dirigiu o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade por vários anos, actualmente é aposentada e vive na cidade da Praia.

⁶³ Entrevista feita à Lilica Bual, conduzida por Leopoldo Amado, in, PEREIRA, Aristides, *O Meu Testemunho, Uma Luta, Um Partido, Dois Países*. p. 493.

⁶⁴ Ibidem., pp. 493 e 494.

⁶⁵ Paula Maria Fortes, natural de São Vicente, filha de pai natural de Santo Antão e de mãe de São Vicente, aderiu à luta de libertação nacional em Portugal quando estava a frequentar o curso de bacharelato em Medicina. Actualmente, encontra-se na ilha do Fogo a trabalhar no Centro Sanitário, ajudando a organizar o bloco operatório de São Francisco. É a responsável da sala de operação.

⁶⁶ Dulce Almada Duarte desempenhou importantes funções no secretariado do PAICV em Conacri, desde os inícios dos anos 1960. Depois da independência desempenhou importantes funções no aparelho do Estado de Cabo Verde. É autora e actualmente vive na cidade da Praia onde se encontra aposentada.

libertação de Cabo Verde. Da França, ela seguiu depois para Marrocos com a finalidade de obter um Passaporte Marroquino que lhe facilitasse a entrada em Conacry. Em Janeiro de 1962 chegou a Conacry e, depois de dois anos, seguiu para Argélia onde se encontrava o Marido, Abílio Duarte, a representar o PAIGC que com a independência de Cabo Verde viria a ser o primeiro Presidente da Assembleia Nacional Popular. Três anos e meio depois Dulce Duarte voltou para Conacry onde trabalhou, após a morte de Cabral na referida escola

3. *Na luta clandestina*

Com o desabrochar da luta clandestina de libertação nacional, várias mulheres cabo-verdianas aderiram a ela e desempenharam importantes funções. Várias foram as que abandonaram os estudos pela causa da independência. Umas trabalharam clandestinamente na diáspora e outras vieram para Cabo Verde, onde se juntaram às que aqui se encontravam desenvolvendo trabalho de informação e sensibilização política. As que aderiram à luta estavam tão convictas daquilo que estavam a fazer que mesmo sabendo do risco que corriam com a PIDE, não deixaram de fazer o seu trabalho político clandestino.

*Les femmes ont commencé par prêter leurs maisons pour des réunions clandestines, aider au transport e à la distribution clandestine de matériel de propagande, cacher des camarades poursuivis par la police, porter des messages secrets, servir d'éléments de liaison et participer, ainsi, directement au travail politique clandestin*⁶⁷.

a) *Na Diáspora*

O aumento do número de mulheres com o ensino secundário e frequentando as universidades, sobretudo portuguesas⁶⁸, terá contribuído para a abertura das suas mentes à participação na luta ao lado dos homens.

Djeny Vera Cruz⁶⁹, numa entrevista que lhe fizemos, afirmou que tendo muitas delas ficado no exterior, passaram a trabalhar, clandestinamente, na diáspora, mobilizando os outros cabo-verdianos para a causa da independência, alfabetizando os emigrantes cabo-verdianos que trabalhavam nas minas e nas obras de construção civil e divulgando os motivos da luta

⁶⁷ CABRAL, Ana Maria, *La Femme en Afrique et en Asie Aujourd'hui La Femme dans la Lute de Libération Nationale de Notre Peuple*. Publié par Le Secrétariat Permanent de P O. S. P. A. A. a L'occasion de la IIème Conférence de la Femme Afro-asiatique. Août 1974. p. 29.

⁶⁸ Vivendo em Portugal as mulheres constatarem as diferenças entre o português e o cabo-verdiano o que contribuiu para o desenvolvimento da consciência nacional.

⁶⁹ Djeny Palmeira Oliveira Vera Cruz é natural da ilha de Santo Antão, Porto Novo. Vive actualmente na cidade da Praia – Achada Santo António e trabalha no SOCIEX (Sociedade Cabo-verdiana de Importação e Exportação, SA).

armada. Faziam, igualmente, a divulgação dos princípios e do manual do PAIGC e prestavam esclarecimentos sobre a situação em Cabo Verde e a necessidade de desenvolver e reforçar a luta de libertação nacional.

Segundo Paula Fortes, começou a militância política em Portugal integrada numa célula clandestina do PAIGC, onde fazia a mobilização dos cabo-verdianos que ali se encontravam, a favor da independência de Cabo Verde.

Nesse domínio e na mesma célula, também trabalhou Maria Cândida dos Santos, que segundo ela chegou a Portugal em 1958 para continuar os seus estudos superiores. Ali, durante a vida estudantil e depois desta, integrou-se na célula clandestina do partido onde foi durante muito tempo a única mulher, até à chegada da Paula Fortes. Nesta célula faziam também a sensibilização dos cabo-verdianos pela causa da independência.

De acordo com o relato da Isaura Gomes, ela também participou na luta clandestina na diáspora, como veremos mais a frente, concretamente em Portugal, durante a sua vida estudantil, onde, integrada na célula clandestina do PAIGC fez a mobilização dos cabo-verdianos, embora de uma forma pouco subtil ainda.

b) Em Cabo Verde

Em Cabo Verde, não sendo possível realizar a luta armada como aconteceu na Guiné Bissau, optou-se pela luta clandestina ou política. Nessa vertente de luta, as mulheres, faziam, sobretudo a mobilização das pessoas para a causa da independência.

Segundo Filomena Chantre⁷⁰, numa entrevista, que lhe fizemos, ela fornecia, juntamente com outras mulheres, informações aos presos políticos no Tarrafal e trabalhou também com os doentes e os famintos, sensibilizando-os e dando-lhes os apoios necessários.

Foi criada, em 1968, uma célula clandestina do PAIGC, na Praia segundo o testemunho de Marline. Nessa célula as mulheres desempenharam importantes funções, nomeadamente ela que foi a secretária da célula e tinha como função policiar todos os documentos e panfletos do PAIGC. Faziam actividades como piqueniques, bailes, festas, com o objectivo de atrair um maior número possível de mulheres para a luta. Iam também ao Tarrafal fornecer informações aos presos políticos. Para isso utilizavam o pretexto de ser namorada de um ou

⁷⁰ Maria Filomena Tavares Chantre, mais conhecida por Filomena, nasceu no dia 25 de Março de 1947, em Santa Catarina, Santiago, filha de pais naturais do mesmo concelho e freguesia. Estudou até ao 2º ano antigo. Aderiu à luta conjuntamente com o irmão, numa altura em que trabalhava como professora, profissão que perdeu devido à sua adesão à luta de libertação nacional. Depois da independência trabalhou numa casa comercial associada ao irmão durante algum tempo, dedicando-se depois inteiramente à família.

outro preso. Algumas mulheres chegaram a ser presas por motivos políticos, como foi o caso da Marline que, segundo ela, passou momentos muito difíceis devido à discriminação que, depois disso, passou a sofrer na sociedade.

No que toca às informações sobre a luta que se desenvolvia na Guiné Bissau, segundo Isaura Gomes, na entrevista que lhe fizemos, a Cabo Verde também chegavam as notícias difundidas através da Rádio Libertação. Havia ainda um núcleo na Praia responsável pelo envio de informações sobre a luta clandestina que decorria em Cabo Verde; esse núcleo ia periodicamente trabalhar com a célula clandestina, em São Vicente, de que ela fazia parte. Disse ainda que reivindicou à administração colonial que fosse montado um laboratório de análises clínicas, onde passou a trabalhar a partir de 1972. Ali tinha a possibilidade de sensibilizar as pessoas para a causa da independência nacional.

Em Cabo Verde, a participação das mulheres na luta clandestina, que já não era tão clandestina, conheceu maior intensidade depois da queda do regime fascista em Portugal. Facto que deixou muitas pessoas surpresas, pela importância do envolvimento de inúmeras mulheres trabalhando para o despertar e reforço da consciência nacional preparando assim as condições para que a independência nacional acontecesse.

4. No período de transição

Com a queda do governo fascista em Portugal, iniciou-se uma nova fase da luta de libertação nacional.

Após o 25 de Abril, outros partidos políticos (UDC⁷¹ e UPICV⁷²) quiseram competir com o PAIGC. O primeiro defendia o estatuto de adjacência para Cabo Verde, como o caso dos Açores e da Madeira e o segundo defendia o princípio da independência para o arquipélago mas sem nenhuma ligação com a Guiné Bissau. Na opinião de Aristides Pereira, esses dois partidos receberam o apoio do governo português no sentido de não deixar o PAIGC a actuar sozinho no terreno.⁷³ Na Realidade, o governo português estava a lutar para que se pudesse constituir uma federação com as suas ex-colónias em África.

No sentido de contrapor à política portuguesa, o partido da luta desencadeou acções de consciencialização dos cabo-verdianos *através da reactivação, reorganização e adaptação das estruturas clandestinas às novas fases que se impunham, como também no sentido de*

⁷¹ UDC – União Democrática de Cabo Verde, liderada por João Baptista Monteiro.

⁷² UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde, liderada por José Leitão da Graça.

⁷³ PEREIRA, Aristides, *Guiné Bissau e Cabo Verde, Uma Luta Um Partido Dois Países*. Notícias. 2002. p. 272.

*desencorajar as acções antipatrióticas dos “partidos” concorrentes.*⁷⁴ Essas acções foram facilitadas pelo conhecimento do terreno através dos militantes do partido na clandestinidade e ainda pelo reconhecimento do PAIGC como o único e legítimo representante de Cabo Verde por parte da OUA e ONU.

A UDC beneficiava da facilidade de difundir as suas ideias políticas através da rádio Barlavento. Fazia a difusão da possibilidade de Portugal e as suas colónias, inclusive Cabo Verde, constituírem uma federação, como foi defendido no livro *Portugal e o Futuro*, da autoria de Spínola. No entanto essa possibilidade foi-lhe tirada com a tomada da rádio pelos dirigentes do PAIGC a 9 de Dezembro de 1974.

Os preparativos para a tomada da Rádio Barlavento tiveram lugar na casa de um dos militantes do partido - Tito Ramos⁷⁵ - em São Vicente. Ali sete militantes, entre os quais uma mulher que viria também a fazer parte da Comissão de Coordenação da que passou a ser a Rádio Voz de São Vicente⁷⁶ prepararam, antes, documentos e programas e no dia da tomada desta, já tinham a programação para uma semana. Mesmo depois do evento do dia 9 de Dezembro de 1974, os dirigentes da Rádio continuaram a preparar os programas na referida casa para uma melhor segurança⁷⁷. Homens e mulheres tomaram parte na defesa da rádio e, durante pelo menos os três primeiros meses, cercaram alternativamente o local onde estava ela instalada com receio de que as forças militares actuassem para desalojar as pessoas que a tomaram e que a faziam funcionar. As mulheres, jovens e adultas, zelavam para que não faltasse, nenhum dia, nem o lanche nem o cafezinho que se levava, ao fim da tarde ou à noite, às pessoas que faziam funcionar essa instituição e defender o edifício onde ela se encontrava instalada.

Em Cabo Verde foi criada a Frente Ampla Anticolonial⁷⁸ (FAA) com o objectivo de preparar a população para a chegada do PAIGC. A partir de maio de 74 foram enviados

⁷⁴ Ibidem. p. 272.

⁷⁵ Tito Lívio Ramos foi, após a independência nacional, deputado da Assembleia Nacional Popular em duas legislaturas: de 1981 a 1985 e de 1986 a 1990 e exerceu várias funções no Estado de Cabo Verde, designadamente como Ministro da Habitação e obras Públicas (1981 a 1986) e como Ministro da Administração Local e Urbanismo (1986 a 1990). Desde 1992 é sócio gerente da ENGIC – Engenheiros Associados Limitada. De relembrar que depois de 1991 a então Assembleia Nacional Popular passou a ser denominada, Assembleia Nacional.

⁷⁶ A figura feminina que se destacou, tanto na tomada da Rádio como no seu funcionamento, nesse contexto, prefere o anonimato. Essa figura feminina tinha acabado de chegar a Cabo Verde em Setembro de 1974 após 13 anos de luta no exterior.

⁷⁷ Cf. Tito Ramos – Entrevista.

⁷⁸ A Frente Ampla Anticolonial compõe-se das diferentes células clandestinas do PAIGC em Cabo Verde para uma melhor organização das acções de sensibilização para a independência

quadros do partido a Cabo Verde a fim de estreitar os laços com a FAA nas actividades de sensibilização que vinham sendo desenvolvidas.

Constatando o grande poder de infiltração do PAIGC no seio da população, o MFA passou a agir em estreita colaboração com este. Esta colaboração revelou-se de grande importância para o processo de independência de Cabo Verde.

O presidente Spínola pretendia implantar um governo em Cabo Verde com base nos elementos que se revelaram contra a independência. Tendo notícias dessa pretensão, o PAIGC solicita a 9 de Outubro à ONU a formação de um governo provisório, que foi concretizado a 31 de Dezembro de 74. Nesse governo provisório participaram três representantes do governo de Cabo Verde e três de governo português. Dos cabo-verdianos participaram Carlos Reis, Manuel Faustino e Amaro da Luz.⁷⁹

Embora as mulheres não tenham integrado directamente no governo de transição, tendo em conta a mentalidade da época (desconfiança da capacidade da mulher), as cabo-verdianas participaram de forma incansável nesse período.

Nos assuntos sociais, a principal colaboradora de Carlos Reis⁸⁰, segundo o seu relato na entrevista que lhe fizemos, foi uma figura feminina, Cândida dos Santos que já tinha dado o seu contributo para a independência de Cabo Verde, integrada na célula clandestina do PAIGC em Portugal, onde obteve a formação superior na área de assistência social. Nessa área também trabalhou Isaura Gomes como Coordenadora dos apoios que estavam a chegar através do PAIGC que tinha criado comités de ajudas sociais na Bélgica, Alemanha, entre outros países. Esta trabalhou ainda como Directora do laboratório, Directora do Centro de Sangue e Directora da Farmácia do Estado.

Nesse período, mesmo perto da independência nacional, foram criadas as milícias femininas em São Vicente e mais tarde as milícias populares (que passaram a integrar homens e mulheres) na Praia, com o objectivo de garantir uma melhor segurança, nomeadamente, social por estarem mais perto das comunidades.

As milícias femininas em São Vicente tiveram como instrutor Rozendo Pires Ferreira. Todas as manhãs, das seis às sete horas, dedicavam-se a vários exercícios: marcha e corrida

⁷⁹ Cf LOPES, José Vicente, *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. Instituto Camões, Centro Cultural Português. Praia – Mindelo. p. 407.

⁸⁰ Dr. Carlos Reis foi um dos Ministros do Governo de transição. Depois da Independência Nacional, trabalhou como Ministro da Educação, Embaixador de Cabo Verde em Portugal e, actualmente, presta assessoria no Ministério da Defesa.

com o AKM, de treino para resistência no quartel de Morro Branco. Seguiam também instruções de como utilizar essa espingarda em tiro a tiro e rajada e como utilizar uma pistola. No quartel da polícia em Mindelo, frente ao antigo pelourinho de peixe, aprendiam a desmontar, limpar e montar tanto uma espingarda como uma pistola.

No período de indefinição de uma força de ordem para São Vicente (militantes afectos ao PAIGC) homens e mulheres foram organizados em grupo, de vigilância e defesa, coordenados por Luís Fonseca, responsável por aquela região e actualmente Secretário Executivo da CPLP.



Fig. 3 - As milícias femininas desfilam no dia da Independência Nacional.

Durante a primeira reunião do Conselho Nacional de Cabo Verde (10 de Março de 1975), ficaram definidos os órgãos do PAIGC e na reunião do Conselho Superior de Luta (25-26 de Junho de 1975), realizada em Bissau ficou determinado que Aristides Pereira e Pedro Pires seriam os futuros chefe de Estado e Primeiro-ministro cabo-verdianos, respectivamente.

Nas eleições de 30 de junho de 1975, para a Assembleia Nacional, o PAIGC foi o único partido a concorrer, obtendo um total de 56 mandatos. Foi criada a lei de organização política enquanto se aguardava a elaboração de uma constituição que deveria ser concluída num prazo de 90 dias.⁸¹

⁸¹ Cf. PEREIRA, Aristides, Guiné Bissau e Cabo Verde, Uma Luta, Um Partido Dois Países. Notícias. 2002. pp. 283 e 284.



Fig. 4 - Manifestação (desfile) de jovens, em comemoração do dia da independência de Cabo Verde.

Assim, a 5 de Julho de 1975, foi proclamada a República de Cabo Verde como Estado Independente e Soberano. O acto solene teve lugar no estádio da Várzea.

CONCLUSÃO

Como conclusão diremos que em Cabo Verde, a resistência à dominação colonial aparece desde os primórdios da implantação portuguesa, tendo como base o tráfico de escravos e a escravatura. No entanto, a abolição do tráfico e da escravatura que aconteceu nos finais do século XIX não põe termo às revoltas sociais que se fizeram sentir ainda no século XX devido à situação precária em que Cabo Verde vivia, tanto a nível económico como social e cultural. É evidente que nesse contexto, a condição da mulher era pior por continuar vivendo uma dupla exploração: considerada inferior ao homem, ela era explorada tanto no seio familiar onde não tinha nenhum poder de decisão como no da sociedade, amputada do direito de exercer determinadas funções e não recebendo salário igual para trabalho igual ao desempenhado pelo homem.

A implementação da imprensa em Cabo Verde em 1842, aliada ao aumento do número daqueles que frequentavam a escola, sobretudo depois da abolição da escravatura, contribuíram para a formação da consciência nacional cujo processo de formação podemos situar sobretudo na segunda metade do século XIX com os filhos da terra ou ditos nativistas.

Com o advento da segunda guerra mundial e a consequente participação das tropas africanas recrutadas pelas metrópoles europeias abre-se a mente destes para uma resistência organizada no sentido de se libertarem do jugo estrangeiro. Assim, as ilhas de Cabo Verde não fogem à regra, inspirando-se também nos Estados recém independentes da Ásia e da África, nomeadamente Argélia e Marrocos que nos apoiaram durante a luta.

Os intelectuais cabo-verdianos começam a organizar a resistência a partir dos finais dos anos quarenta do século XX.

Alguns estudantes cabo-verdianos tiveram a oportunidade de frequentar o ensino superior em Portugal. Ali, na casa dos Estudantes do Império, tiveram vários encontros com os das outras colónias portuguesas em África. A estadia deles na metrópole leva-os a constatar, com maior evidência, o nível de exploração das ilhas, as grandes diferenças entre o cabo-verdiano e o português o que favorecerá a consolidação da sua consciência nacional. A luta de libertação de Cabo Verde foi, pois, a reacção dos cabo-verdianos contra a natureza e o nível de dominação colonial das ilhas.

Amílcar Cabral, ao organizar a luta de libertação de Cabo Verde, estudou a possibilidade de unidade de luta Guiné/Cabo Verde como factor necessário e importante para

a independência dos dois países. Enquanto se processava a luta armada na Guiné Bissau, em Cabo Verde por não dispor de condições para esse tipo de luta fazia-se a mobilização clandestina para a organização da resistência da população à dominação colonial. Além de ter decorrido nos dois espaços geográficos (os dois países), a luta decorreu também na diáspora, onde aliás ela, mais cedo, começou a ser organizada, e mais tarde em Portugal sobretudo, onde se encontrava já um número expressivo de estudantes cabo-verdianos nas universidades.

A luta clandestina, tanto em Cabo Verde como na diáspora, visava sobretudo a mobilização das pessoas para a causa da independência e organização de diferentes formas de resistência. Nessa luta, as mulheres participaram de acordo com as suas possibilidades e oportunidades. Elas conquistaram muito terreno pelo seu engajamento na luta no sentido de não servir apenas de retaguarda dos homens. Lutaram, pois, ao lado destes em todos os sectores. A sua participação na luta foi de extrema importância, visto que além de terem ido para a frente de combate lutar, supriram ainda a ausência dos homens no seio da família, assumindo a chefia, e nos trabalhos agrícolas ajudadas pelos filhos que muitas vezes eram menores.

A participação da mulher na Luta de Libertação Nacional e a Independência de Cabo Verde criaram o ambiente propício para a emancipação da mulher. Durante a luta foram criadas as bases para o que viria a ser a Organização das Mulheres de Cabo Verde criada em Março de 1981. Mas mesmo com a independência de Cabo Verde, a luta da mulher para a igualdade de direitos não terminou pois ela continuou lutando pela posição que hoje ocupa na sociedade e ainda luta para a mudança das mentalidades e comportamentos em relação à mulher tanto na sociedade como no seio da família.

Com a independência nacional, a situação da mulher melhorou bastante. Houve, desde os primeiros anos, importantes reformas, nomeadamente no domínio jurídico que visavam garantir as bases de estabelecimento de condições que permitissem a igualdade de direitos e de oportunidades de todos os cidadãos independentemente do sexo, da cor ou da origem social.

Uma das primeiras leis criadas foi a que regulamenta o relacionamento e o direito e deveres entre os cônjuges, a qual passaremos a apresentar alguns exemplos: *a comunidade familiar assenta na unidade e estabilidade, na igual dignidade dos seus membros, e no mútuo*

*respeito, cooperação e solidariedade entre eles; compete aos pais a educação dos filhos*⁸², *por natureza, o direito fundamental, inalienável e inviolável de assegurar, promover e orientar a educação integral dos filhos; cada um deles é livre de agir como entender, não podendo intervir na escolha da profissão ou actividade do outro; a mulher casada não é obrigada a realizar tarefas domésticas nem a adoptar o apelido do marido; ambos os cônjuges administram em conjunto os bens comuns, mas cada um deles tem a administração dos seus bens próprios, ou seja, cada um administra sozinho os proventos que receber pelo seu trabalho, os seus direitos de autor e direitos conexos.*⁸³

Quanto à protecção à maternidade, o artigo 35º do Código da Família aprovado pelo decreto lei de 20 de junho de 1981, diz que *o marido não pode requerer o divórcio estando a mulher grávida ou antes de decorrido um ano após o parto, salvo em caso de relações sexuais extraconjugais ou de tentativa de homicídio contra o marido*⁸⁴.

O nível de escolaridade no país, especialmente o da mulher, melhorou bastante com o advento da independência de Cabo Verde. Em 1980, a taxa de analfabetas era de 63% e dez anos mais tarde, ou seja, em 1990, esta taxa reduziu-se a 43%. A maior frequência às escolas por parte das raparigas e o aumento de número de mulheres especializadas, fez com que hoje exista um número razoável de mulheres a ocupar cargos públicos, como a magistratura, a presidência da Câmara, deputadas, Ministras, entre muitos outros não destacados aqui.

Hoje, 31 anos após a independência nacional, as mulheres entrevistadas, dizem não se arrependem de ter participado na luta e afirmam estarem orgulhosas e disponíveis para, se houver necessidade de defender a soberania nacional, lutar novamente. Para elas, e nós estamos de acordo com elas, Cabo Verde não é o mesmo de há trinta e um anos atrás. O país ganhou muito e continua a ganhar. Afirmamos, pois, que valeu a pena a independência.

A mulher goza hoje de um grande poder de associação que se manifesta através da criação de várias organizações, sobretudo não governamentais, que zelam pelos seus direitos como a Organização de Mulheres Cabo-verdianas, a Organização de Mulheres Juristas, a Organização de Mulheres Empresárias, a MORABI, o Instituto da Condição Feminina (governamental)...

⁸² Secretaria de Estado da Família – *Lei de Bases da família* (proposta do Governo á Assembleia da República). Base XVI.

⁸³ REPÚBLICA DE CABO VERDE – *Código de Família*. Aprovado pelo decreto-lei nº 58/81, de 20 de Junho. 1981.

⁸⁴ B.O. nº 25 de 20 de Junho de 1981.

Apesar das dificuldades enfrentadas na realização do trabalho, sobretudo quanto à documentação, que é extremamente escassa no que diz respeito à participação da mulher na luta de libertação de Cabo Verde, esperamos ter dado algum contributo para o aprofundamento do estudo da questão em apreço. O tema, que não podia ser esgotado no âmbito deste trabalho de fim de curso, está aberto a outros contributos no sentido de valorizar os esforços feitos pelas mulheres cabo-verdianas e guineenses na luta de libertação dos nossos países.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Elisa Silva:

- **As Ilhas De Cabo Verde Da “Descoberta” à Independência Nacional (1460 - 1975).** Éditions L`Harmattan.1996;
- **Les Femmes Aux Iles Du Cap Vert - Lute de Libération, Reconstruction Nationale e Perspectives.** Paris. 1983 ;
- **Cabo Verde: do seu Achamento à Independência Nacional.** in: Site Internet da Universidade de Coimbra;
- *A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento (I.)* In: **A SEMANA** de 27-05-05.
- *A luta de libertação de Cabo Verde não foi circunstancial nem a sua independência veio por arrastamento (II).* In: **A SEMANA** de 17-06-05.

ACOLP (ASSOCIAÇÃO DOS COMBATENTES DA LIBERDADE DA PATRIA).
Liberdade Ainda e Sempre... na pisada dos que lutaram pela Independência Nacional.

BENOT Yves. **Ideologias das Independências Africanas.** Vol. 1. Lisboa. Sá da Costa Editora. 1981.

CABRAL, Ana Maria. **La Femme Dans la Lute de Libération Nationale de Notre Peuple.**

CABRAL, Amílcar:

- **Guiné Bissau - Acção Africana Forjada na Luta.**
- **Obras Escolhidas: A Arma e a Teoria - Unidade e Luta.** Vol. 1.
- **PAIGC Unidade e Luta.** Lisboa. Publicações Nova Aurora. 1974.

CARREIRA, António:

- **As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfego de Escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro.** 1ª. Edição. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa – Centro de Estudos de Antropologia Cultural. 1969.
- *A Navegação de Longo Curso e o Comércio nas Ilhas de Cabo Verde no Século XIX.* In: **Raízes.** N. ° 7/16. 1981.
- *As Ilhas de Cabo Verde a Cem Anos.* In: **Raízes.** N. ° 21. Junho de 1984;
- (1972) **Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 – 1878).** Praia. IPC. 3ª Edição. 2000.

- **Panaria Cabo-verdiano-Guineense (aspectos históricos e socio-económico).** Porto. Imprensa Portuguesa. 1969 (JIU).

DOMINGUES, Ângela, et Al. História Geral de Cabo Verde. Vol. I. Praia Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. 2^a. Ed. 2001.

DUARTE, Manuel:

- *Cabral e Legitimidade Internacional.* In: **Raízes.** N. ° 3. Junho / Setembro, 1977.
- *Breves Notas Sobre a Literatura Cabo-verdiana.* In: **Raízes.** N. ° 21. Junho de 1984.

ENDERS, Armelle. História da África Lusófona. Mem Martins. Editorial Inquérito. 1997.

HANDEM, Diana Lima. História da Contribuição da Mulher à Luta pela Libertação e a Reconstrução Nacionais na Guiné Bissau. Paris. Reunião de peritos sobre a história da contribuição das mulheres às lutas de libertação nacional e o seu papel e necessidades para a reconstrução nos países recém-independentes da África.

LOPES, José Vicente:

- **Cabo Verde, As Causas da Independência.** Praia – Mindelo. Instituto Camões, Centro Cultural Português. 2002.
- **Cabo Verde, Os Bastidores da Independência.** Praia – Mindelo. Instituto Camões, Centro Cultural Português. 1996.
- **Os Desafios de Caldeira Marques.** Praia. Edições Spleen. Agosto de 2000.

MARTINS, Pedro. Testemunho de um Combatente. Praia – Mindelo. Instituto Camões – Centro Cultural Português, 2^a edição. 1995.

OLIVEIRA, João Nobre de. A Imprensa Cabo-verdiana (1820 – 1975). Fundação Macau. 1975.

PEREIRA, Aristides:

- **O Meu Testemunho, Uma Luta Um Partido Dois Países.** Notícias Editora. Junho de 2003;
- **Guiné Bissau e Cabo Verde, Uma Luta Um Partido Dois Países.** Notícias Editora. 2002.

PRAÇA, Afonso et Al. 25 de Abril. Lisboa. Casa Viva Editora Limitada. 2^a Edição. 1974.

QUERIDO, Jorge. Cabo Verde, Subsídios Para a História da Nossa Luta de Libertação. Lisboa. Gabinete de Edições. 1988.

REPÚBLICA DE CABO VERDE, Código de Família, aprovado pelo decreto-lei n.º 58/81, de 20 de Junho. 1981.

REPÚBLICA DE CABO VERDE, Linhas Gerais da História do Desenvolvimento Urbano da Cidade do Mindelo.

SANTOS, Maria Emília Madeira et Al. **História Geral de Cabo Verde**. Vol. III. Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde. 1ª Ed. 2002.

SEABRA, Joaquim Pedro Júnior. **Código Civil** (português). 1867.

SILVA, António E. Duarte. **A Independência da Guiné Bissau a Descolonização Portuguesa**. Edições Afrontamento. 1997.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL AMÍLCAR CABRAL. Cabo Verde, 17 a 20 de Janeiro de 1983. Editor Grafedito Prelo – Estampa.

YGNATIEV, Oleg. **Os três tiros da PIDE, Quem, Porquê e Como Mataram Amílcar Cabral**. Lisboa. Prelo. 1975.

OUTRAS FONTES

➤ Fórum RCV, 15 de Junho de 2005, sobre a participação das mulheres na luta de libertação nacional. Convidadas: Zezinha Chantre e Maria das Dores Silveira; apresentador: Anatole Lima.

➤ <http://www.cacp.org.br/maçonaria.htm>

<http://www.maçonaria.net/whatis.shtml>

Site Internet da Universidade de Coimbra

ANEXOS

ANEXO N.º 1**GUIÃO DE ENTREVISTA**

ENTREVISTADO: _____

Para a elaboração do trabalho do fim de curso de Licenciatura em Ensino de História cuja temática é, *A Luta de Libertação de Cabo Verde: O Papel da mulher*, gostaríamos que respondesse às seguintes questões:

1. Qual era a situação vivida em cabo verde antes da independência nacional?
2. Qual era a situação das mulheres antes da independência nacional?
3. O que pensa do princípio de unidade e luta (Guiné / Cabo Verde)?
4. Como se deu o seu primeiro contacto com a luta de libertação nacional?
5. Onde é que você militou (lutou)?
6. O que pensa da adesão das mulheres à essa luta, sabendo que nessa altura elas não dispunham dos mesmos privilégios que os homens, tanto no seio da sociedade como no seio familiar?
7. Descreve em largos traços as funções desempenhadas durante a luta de libertação nacional (com todos os pormenores possíveis). No caso de o entrevistado ser homem, que funções as mulheres desempenharam?
8. Qual foi a reacção das mulheres perante a queda do governo fascista em Portugal?
9. Após a queda do Governo fascista em Portugal, foi criado um Governo de Transição em Cabo Verde. As mulheres participaram na constituição desse Governo? Se sim, quais e que funções desempenharam?
10. O que pensa dessa fase de reconstrução nacional?

ANEXO N.º 2

RESULTADO DAS ENTREVISTAS⁸⁵

1. Comandante Agnelo Dantas

Local: Palmarejo (casa dele)

Data: Junho de 2005

O Comandante Agnelo Dantas participou no grupo formado para o possível desembarque em Cabo Verde. Desempenhou funções de chefia de unidades de artilharia na Guiné, em todas as frentes, nomeadamente no Leste do país. Após a independência desempenhou as funções de Chefe do Estado Maior das Forças Armadas em Cabo Verde. Actualmente é reformado e vive na cidade da Praia – Palmarejo.

“Saí cedo de Cabo Verde. Consciencializei-me cedo. Fui para Holanda onde me encontrei com outros jovens com ideias semelhantes. Fui para Paris. Fui marinheiro. Encontrei com outros jovens de outras nacionalidades com ideias semelhantes. Com 19 anos comecei a ter contacto com Pedro Pires que se encontrava a mobilizar pessoas para um possível desembarque em Cabo Verde, onde havia luta clandestina. Muitas mulheres fugiram de Portugal onde estavam a estudar. Contactei Cabral em Paris em 1965. a partir daí resolvi dar a minha contribuição para a luta. Fomos então para Argélia e depois para Cuba. Uma mulher cabo-verdiana foi graduada capitão em Cabo Verde (Maria Ilídia), ela fez toda a preparação militar igual aos homens em Cuba. Esta mulher participou no juramento da bandeira em 1967. Em Cuba tivemos dois anos de preparação militar. Com a morte de Che Guevara fomos para a Rússia (Moscou). Esta mulher fez uma especialidade em enfermagem (pronto socorro para guerra). Deu o seu contributo para a luta na Guiné Bissau.

Amélia Araújo, nós ouvíamos a voz dela na rádio enquanto nos encontrávamos no mato, era a voz mais querida.

Mulheres trabalharam como enfermeiras, nos jardins... fui para frente Leste onde existia pouca população, havia mulheres que trabalhavam na rádio, havia enfermeiras, esposas...

⁸⁵ Os depoimentos foram gravados e depois transcritos textualmente.

Existiam mulheres dirigentes de frentes de combate, responsáveis políticos. Existiam bases militares e bases civis. As primeiras eram para os homens e algumas esposas que acompanhavam os maridos; nas segundas é que se encontrava o maior número de mulheres. Muitas delas transportavam armas e munições e muitas perderam a vida.

A Paula Fortes foi uma enfermeira de muita categoria em Boké.

Havia também mulheres que participavam na luta clandestina em Cabo Verde.

A mulher foi sempre um soldado anónimo. As das zonas libertadas davam alimentação aos combatentes e pediam roupas para lavarem.”

2. Dr. Carlos Reis

Data: 21 de Julho de 2005

Local: Palácio do Governo – Ministério da Defesa.

Dr. Carlos Reis foi um dos Ministros do Governo de transição. Depois da Independência Nacional trabalhou como Ministro da Educação, Embaixador de Cabo Verde em Portugal e governador do Banco de Cabo Verde e, actualmente trabalha no Ministério da Defesa.

“Houve uma mulher presa na primeira leva de prisão (1961). A Marlena e a Marline sofreram torturas. Foram queimadas nos seios com cigarro. A Marlena deve ter sido presa já nos anos 70. Terá havido mais mulheres que foram presas. Quando se começou a pôr em questão a luta, a questão da mulher ficou evidenciada, foi tida a questão da emancipação da mulher. As mulheres acompanharam todo o movimento de luta de ideias.

Uma pessoa muito importante para o movimento das ideias foi a Dulce Duarte. Ela aparece pela tese de licenciatura que defende sobre o crioulo de Cabo Verde.

Mulheres juntaram-se na luta no exterior, como a Isaura por exemplo.

Há uma outra vaga de prisão em 1968/69. Sempre houve presença de mulheres mas a proporção é sempre menor em relação ao homem, o que tem a ver com a própria realidade social e com as oportunidades que tiveram. As milícias femininas ajudaram na

ordem pública, nos perigos de desembarque dos inimigos porque a polícia era insuficiente. Faziam vigilância.

A 31 de Dezembro de 1974 foi empossado o governo de transição. Várias mulheres se destacaram. A minha principal assistente para os assuntos sociais foi Cândida da Luz que já tinha feito o curso em Portugal e tinha experiência.

Criaram-se comissões directivas, órgãos de gestão participada. Criou-se uma comissão directiva do hospital e ali trabalhou a doutora Judite Lima (farmacêutica).

Há directoras regionais, por exemplo Alcestina Tolentino. A Lurdes Freitas, a primeira mulher do Renato Cardoso, era assistente social; Fernanda Fonseca; Isaura Gomes.”

3. Dra. Djeny Palmeira Oliveira Vera Cruz

Local: casa dela – Achada Santo António

Data: Agosto de 2005

A Dra. Djeny Palmeira Oliveira Vera Cruz é natural da ilha de Santo Antão, Porto Novo.

Qual era a situação vivida em Cabo Verde antes da Independência Nacional?

“Antes da independência, o povo cabo-verdiano, então português de segunda como éramos designados, tinha uma vivência muito difícil. Os funcionários públicos, para manterem o emprego eram obrigados a fazerem declarações políticas que não perfilhavam. Eram obrigados a seguirem a religião católica para não perderem o pão de cada dia. As diferenças sociais eram grandes. Havia as elites e os pobres, muitas vezes em situações “infra humanas”. A ditadura portuguesa mantinha um forte contingente militar nas ilhas, nomeadamente, Sal Santiago e São Vicente.

A situação em Cabo Verde era muito difícil em diversos aspectos. Em Cabo Verde, o regime colonial não fez praticamente nada.

Educação – só tínhamos dois liceus, um na Praia e outro em São Vicente e uma escola técnica em São Vicente. Embora o nível de preparação dos alunos fosse bastante satisfatório em relação ao nível português, era insuficiente e só um número muito reduzido de jovens tinha acesso ao ensino secundário ou terminava esse nível de ensino.

Saúde – o número de médicos era de seis e estavam situados quase exclusivamente na Praia e em São Vicente. As populações das ilhas só podiam beneficiar dos cuidados dos enfermeiros. A evacuação das outras ilhas para a Praia e São Vicente não era fácil de barco ou quando passamos a ter avião, somente as pessoas abastadas poderiam pagar os custos das viagens.

O abastecimento de produtos alimentares de primeira necessidade era assegurada pelo Estado, com frequentes rupturas de stock, e consequente fome da população. As carências alimentares eram muitas. A miséria era grande e não havia qualquer tipo de segurança social.

Politicamente, a situação era muito pior. Não havia liberdade de expressão nem de reunião e as pessoas eram perseguidas sempre que não davam viva ao regime colonial. Os funcionários públicos eram perseguidos no trabalho e sofriam represálias pelas mesmas razões. A polícia política portuguesa não dava tréguas. Estava instalado o medo. Muitos filhos de Cabo Verde só viam um caminho para tudo isso: o da luta armada para o restabelecimento da liberdade e dignidade do Cabo-verdiano.”

Qual era a situação das mulheres antes da independência nacional?

“A mulher, em regra, era menos escolarizada que o homem. Tinha mais dificuldade em ter um emprego que garantisse a sua subsistência. Assim dependia muitas vezes do homem (quer marido ou companheiro) que não as valorizava devidamente, sendo vistas por vezes como pessoas sem opinião, sem direitos de contestação. Em casa eram produtoras de filhos e “escravas da casa”. As que conseguiam trabalho nas obras públicas tinham um salário inferior ao do homem para o mesmo trabalho. A mulher era obrigada a ser cega, surda e muda nas relações familiares. a mulher sofria calada os maus tratos uma vez que dependia económica em relação ao homem.”

O que pensa do princípio de unidade e luta (Guiné / Cabo Verde)?

“Na época eu defendi a unidade Guiné / Cabo Verde.

Hoje penso que uma unidade política não tem viabilidade. Penso que culturalmente tínhamos muitas diferenças e são todos ciosos da sua independência de facto. Continuo a pensar que a unidade faz a força e a África precisa cada vez mais de se unir, há que seguir o exemplo dos outros continentes, nomeadamente a Europa. Uma

unidade comercial e económica com a Guiné Bissau poderia ter sido muito útil para os dois países.”

Como se deu o seu primeiro contacto com a luta de libertação nacional?

“O meu primeiro contacto deu-se quando ainda bastante era jovem (16 /17 anos de idade) em São Vicente com militantes na clandestinidade que faziam trabalho de esclarecimento político. Posteriormente, em 1970, já em Portugal, entrei nas fileiras do PAIGC, através de militantes na clandestinidade. Ainda em Cabo Verde conseguíamos sintonizar a rádio libertação do PAIGC.”

Onde militou?

“Militei em Portugal de 1970 a 1974, e seguidamente em Cabo Verde.”

O que pensa da adesão das mulheres à essa luta, sabendo que nessa altura elas não dispunham dos mesmos privilégios que os homens, tanto no seio da sociedade como no seio familiar?

“A juventude é e sempre foi irreverente e em regra progressistas, não se submetendo facilmente as convenções sociais. A consciência política começa a formar-se quando eu era ainda jovem. As mulheres cabo-verdianas que aderiram à luta terão começado o seu percurso ainda na vida estudantil estudantes. Algumas em Cabo Verde e outras em Portugal, longe ou desafiando os laços familiares. Em Portugal, conseguia-se aperceber melhor as diferenças entre os portugueses e os africanos a forma como uns e outros eram tratados e aumentava assim a revolta existente. A necessidade de afirmação como pessoa humana com direito ao seu orgulho próprio, o patriotismo e o espírito de justiça era detida quer por homens quer por mulheres. O aumento do número de mulheres a terminar o ensino secundário e a frequentar as universidades portuguesas e outras terá aberta a mente das mulheres à participação política ao lado dos homens.”

Descreve em largos traços as funções desempenhadas durante a luta de libertação nacional (com todos os pormenores possíveis).

“Como disse anteriormente, trabalhávamos na clandestinidade. O nosso trabalho consistia na mobilização de outros cabo-verdianos e não só, para a adesão à causa da luta pela independência nacional; alfabetização de emigrantes cabo-verdianos que trabalhavam nas minas e nas obras de construção civil, aproveitando para fazer o trabalho de esclarecimento e mobilização para a nossa causa, divulgação dos motivos da

luta armada; divulgação dos princípios e do manual do PAIGC dos esclarecimentos dos mesmos. Em resumo, mobilização e criação de uma consciência política nos emigrantes, estudantes cabo-verdianos; e de estrangeiros (portugueses) para a nossa causa.”

Qual foi a reacção das mulheres perante a queda do governo fascista em Portugal?

“A reacção das mulheres não terá sido diferente da dos homens. Houve euforia, suspiro de alívio, as pessoas transbordavam de alegria e de sentimento de vitória de quem era contra o regime vigente o sentimento que se viveu perante a queda do regime fascista. O povo que vivia amordaçado deu vazão aos sentimentos recalcados durante muitos anos. Para quem era a favor do regime e tinha cometido atrocidades havia o sentimento de medo e ódio, muitos fugiram quer de Portugal quer de Cabo Verde por medo do futuro e de represálias.”

O que pensa dessa fase de reconstrução nacional?

“Havia receio de guerra vinda do exterior tal como aconteceu com o Timor Leste. Os militantes e o povo uniram-se para defender o país. As praias e as costas eram vigiadas de dia e de noite.

Foi uma fase de imenso trabalho, imensa vontade de trabalhar com toda a espécie de sacrifícios consentidos.

Os militantes e simpatizantes não viam a sacrifícios para reconstruir o país.

A reconstrução nacional ainda não acabou. Enquanto houver um pobre em Cabo Verde, enquanto houver uma criança na rua, enquanto houver a droga destruindo os nossos filhos... a reconstrução estará em curso...”

4. *Dra. Elizabete Mascarenhas*

Local: casa dela – Quebra Canela

Data: Fevereiro de 2004

Natural de Santa Catarina, Elisabete Mascarenhas aderiu à luta em Portugal na sua vida estudantil. No decorrer da luta conheceu Carlos Reis (seu marido). Após a independência ela foi professora e presidente no Instituto Superior de Educação, hoje encontra-se aposentada e vive na cidade da Praia.

“Houve necessidade de criar escolas, principalmente para crianças órfãs, que perderam os pais na luta.

Houve mulheres que combateram mesmo ao lado dos homens.

Na Guiné e em Dakar tinham fortes. Angariavam fundos de luta, recebiam apoios, vários jovens perderam a perna, havia jardim de infância. Era necessário ter base de apoios.

Eu estava à disposição do partido, encontrei Fernando Tavares em Paris que era representante do partido. Tinha que trabalhar e estudar ao mesmo tempo e ainda estar à disposição do partido. Mas já havia estudantes em Portugal, em Coimbra que pertenciam ao PAIGC e mandavam documentos. Vários estudantes interromperam o curso e vieram para Cabo Verde para fazer a mobilização.”

5. *Dra. Fátima Maria C. Fialho*

Local: BCV

Data: 26 – 07 – 05

Natural de Nossa Senhora da Graça – Praia, fez a licenciatura em Economia, em Portugal, onde se envolveu na luta de libertação nacional. Depois da independência foi Directora de Cabetur e Directora comercial dos TACV; desempenhou funções de professora no Liceu Adriano Moreira, na Praia; foi consultora Independente, na área económica, tendo realizado estudos diversos para entidades nacionais, públicos e privados; exerceu funções docentes nos EUA num programa de Educação Bilingue Cabo-verdiano – Inglês, em Boston. Actualmente exerce as funções de assessora no Gabinete do Governador e dos Conselhos do Banco de Cabo Verde.

“Eu aderi à luta num grupo de pessoas que estavam ligadas ao PAIGC em Portugal. Com o 25 de Abril eu vim para Cabo Verde. Não tive um contacto directo com o partido em Portugal. Aderi à luta por volta de 68/69, eu tinha 17 anos. Foram jovens, pessoas que já estudavam na universidade que lutaram.

Em Portugal, de vez em quando reuníamos. Com a entrada do PAIGC em Cabo Verde, depois do 25 de Abril eu pertenci ao núcleo do partido. Nunca tinha sido militante formal. Fazia parte de um grupo que fazia a sensibilização na área de Fazenda.

Tentávamos sensibilizar as pessoas para a independência e também para o período de transição.

Nesse período também, no período de transição e também depois da independência cheguei a trabalhar no jornal chamado *Alerta*, como jornalista, embora não sendo jornalista. Nessa altura foram libertos os presos do campo de concentração do Tarrafal e chagámos a entrevistá-los. Mais tarde fui chefe de redacção do Jornal *Voz de Povo*, já depois da independência. O Jornal *Alerta* era ligado ao PAIGC, efectivamente.

Participei também, em Portugal, na luta anticolonial que teve também o apoio de jovens portugueses mais progressistas.

Depois do 25 de Abril fiz parte do 1º núcleo de organização de mulheres que não era chamada OMCV, mas foi um núcleo que veio a dar origem ao que é hoje OMCV. Despertámos a atenção das pessoas para a questão de igualdade entre homens e mulheres. Cheguei a participar nessa organização de um grupo de mulheres que foram assistir à Conferência internacional da mulher em Berlim, na Alemanha.

Foram criadas milícias populares de mulheres no período de transição das quais eu fiz parte e cheguei a desfilar no dia da independência, no Estádio da Várzea.”

6. *Maria Filomena Tavares Chantre*

Local: Achada Santo António (sua casa)

Data: 07 / 2005

“ Aderi à luta de libertação nacional acompanhado do meu irmão Fernando dos Reis Tavares (Toco), ainda jovem porque eu era contra aquilo que se passava em Cabo Verde que era uma situação de miséria e de injustiça.

Nós tínhamos que disfarçar para podermos transmitir as informações aos outros militantes. Lembro-me ter feito amizade com uma portuguesa que era mulher de um agente da PIDE, só para disfarçar que não me encontrava envolvida na mobilização da população.

Trabalhávamos com os doentes, os pobres e os famintos na Praia, Passávamos informações aos presos políticos. A minha luta foi sempre em cabo Verde.

No dia 25 de Abril de 1975, com a queda o regime fascista em Portugal houve uma euforia da população.”

7. *Dra. Isaura Gomes*

Local: Hotel Trópico

Data: 24 – 07 – 05

“Entrei como simpatizante em 1978/79, eu estava a estudar em Portugal. Depois quando eu vim formada, em 70, que eu vim já para Cabo Verde definitivamente, aí já estava de facto uma participação muito mais activa. Talvez convém dizer que em Portugal já havia luta clandestina e nessa altura, eu estando em Coimbra, havia de facto mensageiros da necessidade da luta pela independência nacional e mesmo militantes na clandestinidade, como Manuel Faustino que foi uma das pessoas que de facto em Coimbra era o portador de toda essa mensagem e fazia à sua maneira na altura por causa da PIDE, fazia de facto a divulgação e sensibilização. Em 70, quando eu vim, necessariamente, afiliei-me no partido, na célula clandestina como era normal e de 70 até 74, concretamente até ao 25 de Abril a nossa luta era de sensibilizar a volta da independência. Na altura lembro-me que nós em casa conseguíamos sintonizar a rádio Conacry. Recebíamos toda a informação à volta da luta que estava a decorrer na Guiné Bissau e essa mensagem que recebíamos da rádio, também para além da mensagem que ia daqui, da responsabilidade daqui da Praia, havia de facto um núcleo duro que culminava todo o processo para a independência e esse núcleo ia também periodicamente a São Vicente trabalhar com a célula clandestina.

Durante esse período o nosso papel, o meu concretamente, era sensibilizar as pessoas à volta da independência de Cabo Verde.

Com o 25 de Abril, como se sabe, não só se libertou Portugal como também nos libertou a nós da luta clandestina. Entrámos numa fase menos clandestina, mas ainda com a nova independência que nós chamávamos de Frente Ampla porque aí já podemos aparecer a fazer todo o “plaidoyer” à volta da luta de libertação de uma forma não clandestina e de facto esse momento era um momento muito importante e muito difícil também porque nessa altura começaram a desenhar-se outras vontades, nomeadamente que Cabo Verde não fosse independente mas que ficasse adjacente, concretamente o partido UDC que apareceu e outro partido de UPIC que também estava fora e estava a

tentar infiltrar-se precisamente porque eram partidos que: um defendia a adjacência e outro a independência, mas sem unidade com a Guiné e aí nós, que defendíamos a unidade Guiné – Cabo Verde tínhamos outras duas frentes de luta para além da grande frente que era a frente colonial conservadora que ainda não obstante até ter havido o 25 de Abril, mas a fina flor da elite cabo-verdiana muito ligada com a elite portuguesa, esses defendiam de facto, não defendiam era nada, defendiam era ser Portugal como muita gente pensava que fosse possível e devo dizer que esse momento era um momento que exigia muito de nós. Eu tive lá um papel muito, muitíssimo activo, juntamente com os estudantes, precisamente porque o meu estilo de vida, por ter trabalhado na saúde, tendo em conta a minha formação. Trabalhei no hospital, na saúde, depois saí do hospital no tempo colonial e questioneei, ou por outra, eu tive um conflito com o governo colonial eu montei o meu laboratório de análises clínicas, em 1972 e devo dizer que nessa altura eu tinha a oportunidade privada de fazer a luta dentro do meu laboratório. Todo o cliente que ia tirar sangue levava uma mensagem também.

Aproveitou-se o momento da queda do Governo fascista em Portugal, que era momento especial para criar as condições locais para que a independência acontecesse de uma forma (...) com uma certa brandura, de uma forma mais graduada. Eu devo dizer que não é muito fácil controlar a emoção das pessoas, por exemplo se me perguntares como foram os processos comemorativos aqui na Praia e em São Vicente, foram processos diferentes porque depende muito do temperamento das pessoas. Enquanto que em São Vicente, eu estava mais em São Vicente – eu fazia parte do comité para criar as condições, conseguimos controlar o ímpeto, o “frenesim”. Aqui na Praia não foi muito simples. Aqui na Praia houve umas actuações um pouco mais extremistas. Houve gente que agora é gente branda, mas na altura não foi branda, criaram-se aqui comités de açoites e houve aqui momentos muito complicados. Em S. Vicente, o processo depende, é directamente ligado à maneira de ser das pessoas. Houve uns pequenos incidentes que também nos ultrapassaram. Eu lembro-me da população ter queimado o carro de um médico, Alexandre Silva, e foi a única cena com que eu sofri muito porque a nossa palavra era palavra de tolerância, de brandura, de coesão e de civismo e isso é considerado um acto de não civismo. Mas foram aquelas coisas que ultrapassámos, se quer saber eu fiz parte de uma delegação para pedir desculpas ao doutor Silva (cabo-verdiano) porque era um conterrâneo, podia ter as suas ideias. As pessoas não podem ser condenadas e agredidas só porque têm ideias diferentes. Mas foi um momento

complicado. Depois então, não tínhamos tempo de parar, era trabalhar não só na nossa função profissional mas também trabalhar na cena política para que de facto todo o processo, toda a assinatura dos processos de alvares que os responsáveis do PAIGC estavam a assinar para a elaboração da independência num quadro mais ou menos razoável com o sistema, com o governo colonial na altura, exigia também de nós internamente uma actuação e preparação...

Com a independência, como deve calcular, foi um momento difícil de descrever. Acho que há coisas que não se descrevem porque são momentos que... ainda bem que existem momentos muito altos, e este foi de facto um momento muito alto. Devo dizer que durante o período de transição, aquele pré eu participei muito também em alguma coordenação de alguns apoios que estavam a chegar através do partido e todos os "comités de soutien", chamavam-se "comités de soutien", é o nome em francês, *soutiens* de *soutenir* (francês). Esses comités que o PAIGC tinha na altura na Bélgica, na Holanda... e vinham ajudar. Começou a cozinhar-se tudo isso, e depois com a independência, ocupei algumas funções no partido, concretamente, é isso que quer saber, no partido eu fui responsável pela coordenação de todas as ajudas, responsável pelo instituto cabo-verdiano de solidariedade, fazia parte do comité porque São Vicente foi dividido em três zonas e eu estava então na zona do centro e fazia toda a formação política e informação porque com a independência houve muito corte, o governo colonial cortou os apoios e passámos por momentos difíceis. De 75 até 78, até arrumar a casa, porque calcula a elite colonial tinha de nos castigar por nós pretendemos ser independentes e as pessoas eram castigadas com a comida, com os medicamentos, etc. foram momentos complicados, aí valeram muito os apoios que o partido recebia dos países, nomeadamente dos países do Leste e da Europa de uma maneira geral. Esses apoios para tentar, mais ou menos, equilibrar porque é nessa altura devo dizer que pronto, eu para além da actividade política, de formação política da população eu assumi algumas responsabilidades, nomeadamente responsabilidades de coordenar as ajudas internacionais, a nível de São Vicente que vinham e programar a sua distribuição, também a nível dos que criaram a primeira célula, eu pertenci, coordenei o primeiro grupo, isso depois da independência. Para o instituto cabo-verdiano de solidariedade, próprio em certas coisas de normalidade como deve calcular, é um processo com um conjunto de sistemas e até equilibrar o sistema novamente é necessário um trabalho, e é necessário um trabalho que é talvez mais difícil trabalhar com as pessoas porque de

facto é extremamente complicado em matéria comportamental, você sair de um sistema do regime colonial e depois para vir à independência porque há muita coisa que é para ver, é uma mudança de 180° porque muitas coisas que as pessoas sabiam que não podiam fazer durante o período colonial e que com a independência acham que já podem fazer e então alguém tinha que pôr ordem, um bocadinho, e foi isso o meu papel que continuou até agora, o meu papel é de divulgar o melhor ambiente, o melhor clima de entendimento e de tolerância que é extremamente importante. Isso é um processo que me dá muita felicidade, eu tive um papel muito importante e continuo a ter, a luta da causa da mulher na altura sempre fui, desde jovem, e isso devo dizer também que fui educada pela minha mãe, e o meu pai eu não o conheço, tinha dois anos quando ele embarcou para Venezuela e em minha casa praticamente não tinha referência de homem, nunca tive homens em minha casa, eu fui educada pela mãe e então a figura da mulher foi uma figura muito grande para mim, sempre muito grande, é a mãe, é sempre a mãe, não havia presença masculina e deixou falta, mas a minha mãe teve a preocupação de nos educar de forma a não sentir tanto aquela falta e então a figura da mulher, a mulher trabalhadora, a mulher lutadora, é uma figura sempre muito bem encaixada por mim e continuei até agora nesse processo, fui também uma das fundadoras da OMCV mas devemos dizer que os homens do PAIGC eram muito machistas, até criarmos a OMCV não queriam saber, tinham ideias muito redutoras em relação à condição da mulher e à participação da mulher. Foi um processo muito longo e muito duro e eu às vezes ficava assim estranha e dizia como é que uma pessoa que lutou, que fez uma luta, tenha uma ideia tão retrógrada em relação à mulher, é só para ver que o machismo, às vezes, a ideia machista é algo que não tem a ver muito com o avanço escolar da pessoa, tem a ver mais com a questão da educação e da sociedade, mas sobretudo com a educação. Eu acho que tudo o que nós somos se molda numa determinada idade e a educação doméstica, em casa. É nessa tenra idade que se constrói a nossa personalidade, daí continuar a defender que de facto o nosso governo tem que começar a investir muito na pré-infância porque é aí que damos os verdadeiros valores da vida, que transmitimos os valores porque se não fizermos nessa idade é muito difícil porque depois temos a sociedade a dar os dela e nós não podemos estar constantemente a deitar culpas à sociedade, porque a sociedade somos todos nós, então temos que ter os agentes de transformação da sociedade.”

Quanto às milícias femininas, quando é que foram criadas?

“Foram criadas nesse período, muito perto da independência. Eu também fiz parte da milícia, só não desfilei porque eu estava aqui na Praia porque eu fui a única mulher deputada na primeira república 75 a 80, então eu não pude desfilar, mas também eu devo dizer que para milícia na altura eu pesava muito pouco, eu pesava 37 quilos. De tanta coisa que eu fazia, porque eu tinha tanta responsabilidades: eu era directora do laboratório, directora do centro de sangue, directora de farmácia de estado, responsável dos assuntos sociais do partido, responsável do instituto cabo-verdiano de solidariedade e daí eu não tinha tempo para comer. Eu lembro-me de ter ido a alguns treinos com o G3 mas o G3 pesava quase o meu peso então quando entrei militar (o G3 - é uma arma que dá muito ricochete) e eu disse: eu não tenho nada que fazer aqui porque a arma não é para mim.

Foi bastante interessante esse processo de afirmação da mulher e devo dizer que aí as mulheres que participaram na luta e as que estiveram cá, quer as que estiveram na luta armada, como as que estiveram cá na luta clandestina, nesta matéria no sentido de elevar a participação e de elevar a condição da mulher, eu considero, se me perguntar qual é o maior que o país adquiriu, esse é o maior ganho. O que conseguimos com a mulher cabo-verdiana, se compararmos a situação de antes com a que temos actualmente, eu considero portanto o maior ganho que o país conseguiu com a independência.”

Então a participação da mulher na luta contribuiu como forma de afirmação da mulher?

Eu acho que não contribuiu para, criou o ambiente para, porque as coisas não se criam, as coisas ganham-se, agora o que é necessário é que o ambiente seja favorável, mas também os actores porque muitas vezes o ambiente, mas se os actores não servem não se cria nada. A independência criou um ambiente para que o homem e a mulher libertassem as suas energias todas e aí aproveitamos de facto o momento porque eu vi que era grupo essencialmente local e depois havia alguns que vinham da luta armada e conseguimos criar um núcleo duro de mulheres muito mais à frente que os homens que eram muito retrógrados nessa matéria de conceitos.

Eu lutei muito com pessoas que a nível do partido era isso, aquilo, aquele outro, mas em matéria do engajamento da mulher era um retrocesso, violento, lutámos muito,

discussões mesmo pesadas, eu não gostava porque achava que era gente muito retrógrados nessa matéria porque eu sou pessoa que defende sempre o seguinte: quando uma pessoa evolui, tem que evoluir em todos os conceitos porque não há evolução a e b, nós, os seres humanos, devemos fazer um esforço para uma certa coerência, não se pode ser a favor da independência e não a favor do engajamento da mulher, isso é uma incoerência total, aí o ser humano tem que aperfeiçoar o seu pensamento.

Às vezes não é muito fácil, mas devemos fazer esforço para uma certa coerência nos nossos cursos, nas nossas posições e o nosso relacionamento doméstico com o nosso companheiro ou companheira porque eu não posso entender uma pessoa a favor da independência, de todo o engajamento da mulher e que trate mal a sua mulher em casa, aí o discurso que faz não serve para nada e essa gente que não tem dó porque eu penso que a vida a dois é muito importante e é essa vida a dois que induz a vida na sociedade. É a vida no dia a dia que faz a sociedade, a sociedade não é nada estática, sociedade somos nós e portanto a sociedade é o que quisermos que ela seja, há uma tendência para pôr a sociedade de parte e os agentes e os actores de parte, não, a sociedade somos todos nós.”

8. *Dra. Maria Cândida da Luz.*

Local: Achada Santo António (casa dela)

Data: 26 – 07 – 05

“Eu aderi à luta nos fins dos anos sessenta, entretanto eu considero-me engajada na luta do ponto de vista emocional, do ponto de vista afectivo, do ponto de vista de consciência, eu ainda era menor. A minha primeira intervenção foi fraca porque a luta de libertação implica uma certa estratégia e eu não estava conscientemente inserida nessa estratégia eu ainda era menor, não tinha ainda 18 anos. Foi com o Abílio Duarte no grupo do 3º ciclo. Este grupo foi muito mencionado (na década de 50 o liceu era dividido em três ciclos) comecei em 57/58 com Abílio Duarte para iniciar a consciencialização em Cabo Verde, concretamente a cultura, ele começou a organizar o grupo do terceiro ciclo, de que eu fiz parte, e que eu entrevi em público, eu tinha 17 anos ainda, mas o meu nome nunca está mencionado no grupo do terceiro ciclo. Onde deveria estar realmente, nunca esteve. O grupo do terceiro ciclo foi enquadrado pela PIDE, muitos dos combatentes da liberdade da pátria foram presos por causa de

pertencerem ao grupo de terceiro ciclo e o meu nome está no tribunal, mas em nenhum lugar de história de entrevista o meu nome está mencionada.

Em 57 não era fácil aderir à luta, num país pobre, pequenino, isolado. A única janela que nós tínhamos era a janela marítima em São Vicente, a janela para o exterior, através do porto. Os navios que vinham traziam gente, conversava-se, traziam revistas, tínhamos acesso àquilo que se passava no exterior, movimentos culturais, no Brasil, mas Cabo Verde era uma ilha mesmo, muito pouca coisa se sabia do resto do mundo e era difícil engajar numa luta de libertação nacional nessa situação. A população não sabia o que se passava e ainda o quotidiano arrebenta com qualquer um, o que nós tínhamos era o dia a dia, era o portuguesinho que estava aí, que era o governador, a elite governativa que estava aqui na Praia, mas o colonialista estava ainda à parte, não havia a PIDE, é claro que existia, mas ainda não funcionava tão abertamente como começou a funcionar nos anos sessenta. Sabia-se que a PIDE existia, mas não funcionava de maneira muito aberta de maneira que nos empurraria para a luta de libertação nacional. As injustiças eram claras, o português era sempre... houve a injustiça e a discriminação. Para mim foi de certa maneira... eu fui de certo modo privilegiada. Eu, meu pai antes de mim, meu avô antes do meu pai, meu bisavô antes do meu pai tiveram um... não espírito de revolta, o espírito de revolta não chega. O Sartre diz que o homem é o homem e as suas circunstâncias e circunstância em Cabo Verde era o isolamento e falta de informação.

A minha família, a minha gente, nunca se casou, as mulheres nunca se casaram, eram oprimidas, eram depositárias da tradição e da história da família, de maneira que, de uma geração para outra, até chegar a mim, as mulheres contaram a história da família. Desde um desgraçado qualquer que se recusou a ser absolutista em Portugal e que chegou a Cabo Verde com uma criança por nascer que nasceu aqui e depois o meu avô que era anti-português apesar de ser muito parecido com português. Eu sou de 5 gerações sem mestiçagem nenhuma sem português pelo meio, a minha filha que toda gente diz que é parecida com a brasileira. O meu avo tem um desprezo enorme pelo português, durante a monarquia ele era republicano, mas ele teve a possibilidade de ir a Portugal responder a um processo e viu também que os portugueses não tinham substrato nenhum para ser potência colonial. Nunca na minha família a gente teve espírito de colonizado.

Quando cheguei a Portugal pela primeira vez, em 1957, um africano era tido como terrorista, a cor da pele dava às crianças medo porque não conheciam. Quando surgiu a

luta em Angola já todos os africanos eram terroristas. A mim chamavam-me de terrorista de boca cheia, mas eu não ligava, pois eu nunca tive espírito de colonizada, o que eu agradeço para mim, o português era português e eu não tinha nada a ver com eles e vice/versa, eu não sou portuguesa, nunca fui. O que eu fazia, concretamente em Portugal era consciencializar os cabo-verdianos para a causa da independência, a situação que se vivia em Cabo Verde, os objectivos da luta e para a preparação para a independência. Em Portugal estávamos na boca do lobo. Cheguei em Portugal em 1958, nesse ano houve a preparação na luta de libertação nacional, e continuou nos anos seguintes, só em 1963 é que a luta começou mesmo. O meu irmão esteve directamente implicado na luta em Conacry. Em 1974 eu regresssei a Cabo Verde. De 58 a 67, mais ou menos, a minha função era preparar o grupo e preparar-nos. Alertávamos os cabo-verdianos para a situação que se vivia em Cabo Verde. Eu e o meu marido terminámos o curso em Portugal, mas não regressámos para cabo Verde porque o meu marido fez curso de Economia e nunca conseguiu um lugar em Cabo Verde. Eu fiz o curso de assistente social. Nós nunca fomos presos, mas a PIDE andava sempre no nosso encalço. A minha mãe tinha instruções, sabia o que eu estava a fazer para se acontecesse qualquer coisa comigo e o meu marido pegar na nossa filha e levar para Suécia para perto dos seus tios paternos. Os meus vizinhos eram constantemente interrogados a perguntar o que é que andávamos a fazer, mas nós sempre actuámos com cuidado, somos cautelosos, nunca cavardes de maneira nenhuma, mas fomos sempre cautelosos, vivemos muito solitários. Eu estive 17 anos em Portugal mas não tive nenhuma amiga, primeiro recusei-me a integrar-me, eu tinha uma filha e devia integrar-me mas não podia convidar as pessoas a minha casa conhecer a minha maneira de viver, de estar, eu tinha livros que não eram permitidos ter em Portugal. Eu levava uma vida de família, só gente que eu conhecia é que podia ir a minha casa. A minha filha foi de qualquer maneira vítima, eu tentei compensá-la de muitas maneiras, mas ela foi criada isolada, se não fosse um primo, um filho do meu irmão mais velho que esteve na guerra colonial. Eu tive um irmão como militar em Angola, mas isso era mesmo estratégia, um na guerra colonial na Guiné e outro integrando o exército português em Angola, a minha mãe sofreu bastante.”

9. *Marline Barbosa Almeida*

Local: PNUD

Data: 20 – 07 - 2005

“Na altura eu achei natural dada à natureza da luta armada na Guiné Bissau, onde juntaram-se para lutar para a independência nacional e também o aspecto de ligação entre cabo-verdianos e guineenses que é uma questão de longa data. Além disso, por questões partidárias (PAIGC) um partido fundado por Amílcar Cabral, onde o ponto chave é a unidade Guiné / Cabo Verde. Só que o princípio de unidade não se concretizou após a independência devido ao golpe de Estado na Guiné Bissau em 1980. A unidade Guiné Cabo / Verde não foi pacífica após a independência, quer de um lado quer de outro. Foi um princípio que não foi interiorizado e bem explicado logo após a independência. Na altura o objectivo era libertar os dois países e não foi desenvolvido o tema unidade e luta de forma profunda para a sua aceitação logo após a independência.

Eu sempre fui uma pessoa curiosa e rebelde. Eu tive uma mãe que não era clássica, sempre trabalhou. O nosso pai era na altura director dos correios, e ela não tinha necessidade de trabalhar, mas sempre trabalhou para nos sustentar. Por isso quando o nosso pai morreu não teve muitos problemas. Eu lia muito e tive a oportunidade de ter vizinhos e amigos que me davam emprestados livros que me formavam para um papel da mulher fora do normal que existia em Cabo Verde na altura. E eu tive também um bom professor de História que não era um professor clássico. Não ensinava apenas o que se encontrava do programa.

Não sei se essas pessoas estavam conscientes da formação que me estavam a dar com tudo isso.

Eu tive muitos problemas com os meus camaradas de luta porque o papel que eu queria desempenhar era muito mais importante do que o que me queriam atribuir. Eu lembro-me de quando estava-se a preparar para a luta armada em Cabo Verde, disseram: “vocês, as mulheres servirão para a retaguarda da luta”, e eu disse-lhes que não, que se fosse preciso carregar armas que eu carregaria também. Houve muita discussão sobre o papel da mulher. Eles queriam uma posição subalterna para as mulheres. Mas nós somos um bom número que conseguiu ultrapassar essa barreira, fazendo os nossos trabalhos políticos iguais aos homens. O que foi possível fazer em Cabo Verde, quer homem, quer mulher fez. Quem determinou para fazer, fez.

O primeiro contacto com o partido foi numa altura que foram presas as primeiras pessoas por questões políticas. Eu tinha mais ou menos dezasseis anos. Fomos assistir ao julgamento desses presos políticos, não podíamos entrar, mas mesmo da janela ouvíamos. Portugal, sem dar contas, conseguiu dar-nos informações sobre a luta, além das leituras que eu já tinha feito. Eles tinham de mostrar os panfletos do partido, os documentos do partido... os estudantes em Portugal conseguiram complementar essas informações com a situação da guerra em Angola, Moçambique, enfim, os países de expressão portuguesa.

A minha adesão foi na altura que eu li o livro de poesia Kaoberdiano Dambará que foi mais claro para mim porque, mesmo de forma implícita, mostrou-nos o caminho para a libertação da nossa terra, que hoje pode não ter importância mas na altura, para mim, teve muita importância.

Eu sempre estive em Cabo Verde. Começou no liceu e mesmo a situação de Cabo Verde era evidente. De maneira que vivíamos, nota-se que havia uma grande necessidade de melhoramento. Entrei no liceu com 12 / 13 anos. Os professores ajudavam negativamente à tomada de consciência, uma vez que tínhamos professores portugueses e os manuais eram também portugueses. Tudo isso levou-nos a entender que estávamos numa situação de subalternidade em relação a Portugal. Conseguíamos informações, ouvíamos rádio.

Em 1968 conseguimos formar uma célula do partido. Era já uma coisa mais bem organizada. Fazíamos panfletos, tentávamos chamar pessoas para o grupo. Eu era a responsável da célula. Havia pessoas com responsabilidades definidas.

A minha luta foi sempre em Cabo Verde, luta política.

Em 1974 (29 / 04) eu estava em Portugal para depois seguir para Guiné Conacry. As pessoas não sabiam o que era o 25 de Abril, eu vi que era abertura, então eu regresssei para Cabo Verde. Nós sentíamos-nos discriminados até por cabo-verdianos. Lembro-me de quando eu fui presa, depois quando eu passava na rua, mesmo as mulheres fechavam-me a janela na cara e proibiam os seus filhos de andarem na minha companhia.

Eu era a secretária da minha célula de partido, todos os documentos, panfletos eram fotocopiados por mim para serem distribuídos. Tínhamos um papel de juntar o

maior número possível de mulheres. Fazíamos tudo isso um tanto ou quanto camuflado. Fazíamos bailes, piqueniques, festas para motivar as pessoas.

Fazíamos isso tanto na Praia, Assomada, Tarrafal, apoiávamos os presos políticos através de informações que passávamos com o apoio de alguns guardas. Conseguíamos fazer tudo isso com o pretexto de sermos namoradas de um ou de outro, como estratégia para que os presos pudessem estar informados daquilo que se passava fora da prisão.

Qual foi a reacção da mulher perante a queda do regime fascista?

Houve reacção de alegria. Vizinhos, funcionários, familiares que nunca eu sabia que estavam a apoiar a luta reagiram positivamente. Foi uma coisa extraordinária que, penso, nunca mais teremos a oportunidade de viver em Cabo Verde.

Crianças, adultos, jovens, pessoas de todas as camadas sociais mostraram a sua alegria. A partir daí eu fui chefe da célula do partido criada em 1968.

Houve a criação de um governo de transição mas nenhuma mulher participou e nenhuma mulher foi deputada, a não ser a mulher de Abílio Duarte se não estou em erro.

Mas porquê?

Nós não podíamos esperar outra coisa do partido que veio da luta armada, que a mulher participou muito e bem, mas a mentalidade da época não permitia um alto cargo para elas. Nós mesmo não exigimos, não mantivemos uma posição firme ou então o entusiasmo não nos permitiu dar prioridade à nossa participação no governo de transição. Penso que se os dirigentes tivessem pensado melhor nos dariam acesso à participação. Pensámos que o momento não era propício para exigir a participação, era um momento de alegria. Talvez se tivéssemos exigido, agora teríamos uma situação mais agradável.”

10. *Paula Fortes*

LOCAL: OMCV

DATA: Fevereiro de 2004

“Eu trabalhava no hospital de Guerra, recebíamos feridos de Guerra, dava assistência à população civil. Eu fiz um curso de bacharelato em medicina numa escola

modelo. Não tivemos tantas dificuldades. Fazíamos o máximo mas não recebíamos nenhuma recompensa monetária. A Suécia e Cuba davam ajudas.

As mulheres não eram só cabo-verdianas. Carregavam armas à cabeça, davam informação, cozinhavam, educavam e trabalhavam ainda na saúde e na cultura. Saíam para divulgar a cultura através da música e poesia. Havia conflitos entre nós mas havia muita solidariedade.

Havia três frentes: norte, leste e sul; tinham quartéis; Guiné Conacry dava muito apoio, dava um lar para receber os doentes recuperados.

Havia um comité onde era obrigatória a presença de mulheres: se havia quatro homens Tinha que haver duas mulheres. Dulce Almada trabalhou com Cabral na educação, Amélia Araújo viajava com Cabral, participava nas reuniões.

A participação na luta de libertação nacional foi a grande oportunidade de conhecer Cabral de perto, trabalhar com ele. Foi uma experiência positiva.

Eu Tinha 25 anos na altura, considero-me uma mulher privilegiada.”

DATA: 2005 (enviado por e-mail)

1) Depois de ter completado os estudos em S. Vicente, de ter leccionado um ano lectivo no antigo Albergue, hoje Lar Nhô Djunga, tendo tomado consciência das injustiças coloniais que se praticavam na altura, decidiu viajar para Portugal para ingressar na Escola de Enfermagem, onde poderia, ao mesmo tempo aumentar a sua consciência politica, o que na realidade viria a acontecer, ao integrar grupos de consciencialização de jovens angolanos, são-tomenses e cabo-verdianos, durante os 4 anos que aí residiu, de 1966 a 1970.

2) Exerci a minha militância em Lisboa, na Guiné (Conacry e Boké), e em Cabo Verde

3) Em 68/69 ainda em Lisboa, integrada numa célula do PAIGC, fui consolidando a minha preparação política. Depois de ter terminado o curso de Enfermagem Geral, em Setembro de 1970, segui para Paris onde estive um mês praticamente em clandestinidade à espera do bilhete de passagem para rumar a Conacry, para integrar nas fileiras do PAIGC e participar na Luta Armada da Libertação Nacional da Guiné e de Cabo Verde.

Nessa altura tinha 25 anos. Professora de Higiene e Responsável pela Saúde na Escola Piloto e no Jardim-de-infância do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) durante a Guerra de Libertação Nacional, República da Guiné- Conacry.

Administradora do Jardim-de-infância do PAIGC, em Conacry

Enfermeira no Hospital de Boké.

Professora de Enfermagem e Responsável pela Sala de stock do Hospital Militar de Boké, República da Guiné – Conacry.

Acompanhante de doentes mutilados da Guerra, para tratamento na Holanda.

Em 1972 e 1973, para divulgar os ideais da Luta de libertação através da música e do teatro, Integrei o grupo de combatentes que acompanharam os alunos das Escolas do PAIGC a diferentes países do nosso Continente Africano e ao X Festival de Juventude que teve lugar em Berlim, na antiga Alemanha Democrática.

Funções e Actividades desenvolvidas em Cabo Verde

Após a Independência Nacional, continuei a trabalhar na Reconstrução Nacional, não só na área da Saúde, como na Política, na Administração, no Parlamento, na defesa dos Direitos da Mulher e ainda na Solidariedade para com os outros Combatentes, sobretudo ao ter exercido recentemente, o cargo de Presidente da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria.

Fui Deputada da Nação na II e III Legislaturas, tendo integrado e Vice presidido as Comissões Permanentes de Educação, Saúde e Assuntos Sociais.

Exerci o Cargo de Delegado do Governo no Sal 1987, 1988 e 1989

Fui Secretária Geral da Organização da Mulheres de Cabo Verde de 2000 a 2003

Fui Vice-presidente da VERDEFAM.

Assumi a Presidência da Associação dos Combatentes da Liberdade da Pátria de 2001 a 2004.

11. Tito Ramos

Local: Fazenda

Data: 27 – 07 - 2005

“Os portugueses estavam a procurar encontrar interlocutores nacionais para a passagem gradual do poder para as mãos dos nacionais.

A tomada da rádio foi a 9 de Dezembro de 74. Os preparativos da tomada da rádio aconteceram em minha casa, porque eu sou que tinha a disponibilidade de ceder o espaço nessa altura uma vez que me encontrava sozinho. Antes da tomada da rádio preparámos os programas e os documentos que davam para uma semana. No dia 9 de Dezembro ocorreu a tomada da rádio, com o apoio da população de São Vicente. Algumas pessoas desempenharam importantes funções nessa rádio, além de mim havia também Ralando Martins, Elisa Andrade entre outros. Depois da tomada da rádio continuámos a preparar os programas em minha casa com o objectivo de garantir maior segurança.”

12. Vera Duarte

Local: Ministério da Justiça

Data: Fevereiro de 2004

“A ideia de luta de libertação nacional foi polarizada à volta de Amílcar Cabral. Ele foi o aglutinador da ideia de emancipação. Durante a década de 50 / 60 várias antigas colónias tinha ascendido à independência quer da Bélgica, França, ou Inglaterra. Em Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Angola a ideia de independência tinha começado a partir da situação da injustiça que as populações viviam face a face com o seu colonizador. A situação de pobreza e a falta de cuidado em que viviam as populações nesses países, os problemas de falta de Chuva, não havia grande produção, mas os cabo-verdianos eram levados para trabalhar nas outras ex-colónias, para trabalhar nas roças de São Tomé e para servir nos futuros quadros administrativos nas outras antigas colónias como Angola, Guiné Bissau e Moçambique e à volta da

consciência de literatura da situação de injustiça em que as populações das ilhas viviam, o aspecto intelectual os claridosos que falavam em fincar os pés na terra e dar uma dimensão própria à cultura nacional e quando Amílcar Cabral começou a trabalhar e formou-se engenheiro agrónomo, e começou a trabalhar na Guiné, foi vendo a situação e conhecendo o terreno. À volta dele juntaram-se outras pessoas como Aristides Pereira que pensava que a saída para essas ilhas seria a independência. Começou o diálogo com Portugal pedindo que pudesse afectar a mesa de negociação à independência e Portugal vivia sob o domínio de Salazar, não aceitou o diálogo. É possível que esses núcleos de pessoas que queriam a independência comessem a luta armada. A luta começou porque fracassou o diálogo para que a independência fosse por via de diálogo, o que não foi possível, o salazarismo (regime ditatorial que não aceitou a independência das colónias e depois foi substituído por Marcelo Caetano que tinha um regime mais moderado, mas mesmo assim não aceitou o referido objectivo do diálogo pensando que as colónias faziam parte do território nacional português.

A luta foi conjunta Guiné e Cabo Verde mas a situação sociológica da luta foi diferente nesses países. Em Cabo Verde foram sobretudo as elites intelectuais, as pessoas que foram para a escola, para o liceu, que começaram a pensar sobre a situação das ilhas e quiseram a independência das ilhas. Não foi que todo o povo quisesse a independência, as elites é que começaram a trabalhar para a independência, e muitos jovens que estudaram no liceu Gil Eanes, rapazes e raparigas durante a década de 50/60, e que quando saíram para estudar em Portugal e de lá foram para a luta em Guiné Bissau. No caso de Aristides Pereira, Pedro Pires, Julinho Carvalho e tantos outros que foram abrindo as ideias pela emancipação, começam a estudar em Cabo Verde e como estudantes foram para Portugal.

Foram pessoas de Cabo Verde que foram participar na Guerra em Guiné. Cabo Verde foi palco de Guerra. Em Cabo Verde houve a mobilização clandestina, gente que ficou aqui foi trabalhando de uma forma escondida, clandestina. Havia a PIDE que prendia as pessoas que andavam a fazer a mobilização, as pessoas clandestinamente.

Houve muitas prisões, muitas célebres, a prisão do Tarrafal, o caso de Luís Fonseca, Pedro Martins passaram pela prisão do Tarrafal. Eles falavam com os jovens que já tinham maior informação, com pessoas das camadas mais favoritárias e as menos favoritárias. Houve essa passagem da mensagem e quando se deu a independência a população já estava pronta (todas mobilizadas) a aspirar e a querer a independência.

As condições de terreno em Cabo Verde não davam para fazer as lutas pois o país é pequeno e não dava para esconder, como na Guiné que as pessoas se escondiam para fazer a luta. Cabo Verde não seria o palco apropriado de luta devido às suas condições físicas. A medida tomada pela colónia perante a situação de luta foi a prisão, mas houve uma manifestação de estudantes do liceu Gil Eanes contra o reitor que era tuga e estes o chamavam de semente de manga. Foi uma manifestação muito grande para pôr fora o reitor tuga, colocar um professor nacional – o Baltazar Lopes da Silva – que era formado em português. Fizeram manifestações, fizeram cartazes abaixando o governo colonial (Salazar). Através da literatura e poesia houve resistência perante o governo colonial, cada um fez da sua maneira.

As mulheres encontravam-se numa situação de subalternidade. Durante muito tempo muitas mulheres não estudavam, só depois de haver grande número de homens com acesso à escola é que as mulheres começaram a vir num número muito pequeno, pouco a pouco. A grande entrada das mulheres no ensino deu-se com a independência. A emancipação do país era como que uma oportunidade para a emancipação das mulheres. Era possibilidade para elas. Tivemos experiências de mulheres que começaram desde o liceu a participar e algumas também foram para a luta. Isaura Cardoso, Ana Maria Cabral, Lilica Boal, Elisa Andrade, ou com seus maridos ou sozinhas, deixaram a vida tranquila que poderiam ter em Cabo Verde, ou em Portugal, foram para Guiné Conacry participar activamente com armas na mão até, nessa luta de libertação nacional. Houve as que ficaram em Portugal. Eu estava a fazer um curso de direito e participei a nível de Portugal. Não era uma luta só de armas na mão, havia em Cabo Verde a mobilização clandestina, as manifestações em Portugal, na faculdade de direito (faculdade dinâmica). Participei nas manifestações, fazia discursos, fazia panfletos e distribuía, não de armas na mão, mas através de diálogo, da literatura, participando assim nesta gesta libertária das ilhas.

Com a independência, as pessoas regressam, encontram-se e reúnem-se em torno da emancipação da mulher e participação criando as milícias femininas; foi criado um jornal, “nôs luta”⁸⁶ onde participaram muitas mulheres, escreviam poemas e começaram a formar aquilo que viria a ser a Organização das Mulheres de Cabo Verde.

⁸⁶ Esse jornal, que começou com tiragens fotocopiadas, passou alguns meses depois a ser impresso na Gráfica de Mindelo. Foi dirigido pela militante que participou na tomada da Rádio Barlavento até ser substituída, tanto na Direcção da Rádio Voz de São Vicente como no jornal “Nôs Luta”, por Francisco Tomar, em Agosto de 1975, época em que foi transferida para Praia para aí assumir novas funções.

Houve uma ligação muito íntima entre as pessoas que participaram na luta de libertação nacional e a emancipação da própria mulher. A independência de Cabo Verde teve uma feliz coincidência com a década das Nações Unidas para a emancipação da mulher porque em 1975, a nível mundial, havia todo um movimento da emancipação da mulher. Em 1975 houve uma no México onde participaram mulheres cabo-verdianas, em 1980 houve uma conferência mundial em Nairobi onde fomos eu, a Dori, Cristina Fontes e Zezinha Chantre.

A mulher participou muito e fez muita retaguarda da luta, cuidou dos feridos, preparou a comida para os guerrilheiros, trabalhou o campo, pois os homens tiveram que sair para a luta, trabalhou na Bolanha, no cultivo de arroz, ela participou directamente na luta de armas na mão, como por exemplo a Titina Sila.

O balanço da luta é positivo, abriu a Cabo Verde um caminho que não havia durante a era colonial, o índice do desenvolvimento humano aumentou bastante, os ganhos foram superiores às perdas.

Depois da morte de Amílcar Cabral não desistimos, continuámos a luta. Cabral era único, tinha uma grande dimensão intelectual, Aristides Pereira e Pedro Pires continuaram a luta pois foram herdeiros da ideia de Cabral.